

KROTON EDUCACIONAL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Kroton Educacional S.A., com sede na Rua Santa Madalena Sofia, 25, na cidade de Belo Horizonte - MG, e suas controladas (“Companhia” ou “Kroton”) têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presenciais e à distância; a administração de atividades de ensino infantil, fundamental e médio; o comércio de livros didáticos e apostilas, além do licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica.

A Companhia exerce as suas atividades através de sua controlada Editora e Distribuidora Educacional S.A. - EDE.

A Companhia é listada na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e em 5 de dezembro de 2012 migrou para o segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código KROT3, em que negocia suas ações ordinárias.

As controladas diretas e indiretas da Companhia estão sumariadas na nota explicativa nº 2.3.c).

Aquisição da Ítala

Em 28 de maio de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada direta EDE, adquiriu a totalidade das cotas da Ítala Participações Ltda. (“Ítala”). A Ítala é controladora do Grupo Uniasselvi, composto pelas controladas: Assevim, Fameg, Famelages, Famesul, Pós EAD, Pós Uniasselvi, Uniasselvi e LDV.

O Grupo Uniasselvi atua na modalidade de ensino à distância - EAD, por meio de 48 polos credenciados, e na modalidade presencial, com unidades nas cidades de Blumenau, Indaial, Brusque, Timbó, Rio do Sul e Guaramirim, todas no Estado de Santa Catarina.

A Ítala foi incorporada pela controlada EDE em dezembro de 2012.

Aquisição da Unirondon

Em 2 de agosto de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada direta EDE, adquiriu a totalidade do capital social da União Educacional Cândido Rondon Ltda. (“Unirondon”), que atua no segmento de ensino superior presencial nas cidades de Cuiabá e Campo Verde, no Estado de Mato Grosso.

Constituição da CSL Educacional

Em 1º de agosto de 2012, a controlada indireta Spes teve parte de seu patrimônio cindido. Os saldos cindidos representam a operação do Colégio localizado no município de São Luís - MA.

A cisão deu origem a uma nova sociedade, denominada CSL Educacional Ltda., controlada pela EDE.

Comparabilidade

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 incluem o resultado da controlada Ítala, consolidada a partir de 1º de junho de 2012; e da controlada Unirondon, consolidada a partir de 1º de agosto de 2012.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 incluem o resultado das controladas União e Ceama, consolidadas a partir de 1º de julho de 2011; da controlada Fais, consolidada a partir de 1º de novembro de 2011; das controladas Unopar e Alba, consolidadas a partir de 1º de dezembro de 2011.

Portanto, a leitura das demonstrações financeiras deve considerar esses aspectos.

Reclassificações

Os gastos líquidos com a emissão de ação, de R\$22.555, anteriormente apresentados como redução do capital social em 31 de dezembro de 2011 foram reclassificados para rubrica específica de reserva no patrimônio líquido.

Sazonalidade

A Companhia tem expectativa de que as suas receitas e lucratividades alcancem seus níveis mais altos no primeiro e terceiro trimestres.

Na educação básica, durante o primeiro trimestre, ocorre o pico das vendas das coleções de livros. No ensino superior, durante o primeiro e terceiro trimestres, ocorrem os períodos de matrículas para o semestre letivo, gerando picos de faturamentos nesses trimestres. Dadas essas condições, essa sazonalidade tende a causar variações em nossos resultados operacionais entre os trimestres de cada exercício social.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.
- b) As demonstrações financeiras individuais da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3. Base de consolidação e mensuração dos investimentos

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, em geral em virtude da detenção de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em conta quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.

O método de contabilização de compra é usado para contabilizar a aquisição de controladas pela Companhia. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (exemplo: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação de acionistas não controladores. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos e dos saldos alocados é registrado como ágio. Se o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O processo de consolidação das controladas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, complementada pelas seguintes eliminações:

- (i) Das participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as empresas.
- (ii) Dos saldos de contas-correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas, inclusive resultados não realizados.
- (iii) Identificação da participação dos acionistas não controladores.

Os exercícios das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Companhia, e as práticas contábeis das controladas foram aplicadas de forma consistente com as práticas contábeis da Companhia.

b) Operações e participações de acionistas não controladores

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia não tem mais o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma “joint venture” ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

c) Sociedades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações da Companhia e de suas controladas, a seguir relacionadas:

<u>Sociedades consolidadas</u>	<u>Participação no capital total - %</u>	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Controladas diretas:		
UNOPAR - Universidade de Arapongas, Bandeirantes e Londrina e parceira de polos EAD (i) (ii)	-	20,00
EDE - Editora e Faculdade de Divinópolis, Guarapari, Jundiá, Teixeira de Freitas e Uberlândia, e controladora de:	100,00	100,00
Controladas indiretas:		
ÁGORA - Escolinhas de esporte (iii)	-	99,99
ALBA - Prestadora de serviços (i)	99,99	99,99
CEAMA - Faculdade de São Luís (iv)	99,99	99,99

<u>Sociedades consolidadas</u>	Participação no capital total - %	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
CSL - Educação básica (v)	99,99	-
FAIS - Faculdade de Sorriso (vi)	99,99	99,99
FATEC - Faculdade de Londrina	99,99	99,99
GK - Faculdade de Feira de Santana	99,99	99,99
INADE - Instituto de avaliação (vii)	-	99,99
ORME - Faculdade de tecnologia de Belo Horizonte	99,99	99,99
PAX - Editora Rede Católica	99,99	99,99
PROJECTA - Editora	99,99	99,99
PSES - Faculdade de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Maceió, Poços de Caldas, São Luís e Votorantim	99,99	99,99
SPES - Educação básica	99,99	99,99
UMEP - Faculdade de Londrina	99,99	99,99
UNIÃO - Faculdade de Ponta Grossa (iv)	99,99	99,99
UNILINHARES - Faculdade de Linhares	99,99	99,99
UNIRONDON - Faculdade de Campo Verde e Cuiabá (viii)	99,99	-
UNOPAR - Universidade de Arapongas, Bandeirantes, e Londrina e parceira de polos EAD (i) (ii)	99,99	80,00
ASSEVIM - Faculdade de Brusque (ix)	99,99	-
FAMEG - Faculdade de Guarapiranga (ix)	99,99	-
FAMELAGES - Faculdade de Lages (ix)	99,99	-
FAMESUL - Faculdade de Rio do Sul (ix)	99,99	-
PÓS EAD - Universidade parceira de polos EAD (ix)	99,99	-
PÓS UNIASSELVI - Universidade de Blumenau e Itajaí (ix)	99,99	-
UNIASSELVI - Universidade de Blumenau, Indaial e Timbó, parceira de polos EAD e controladora de: (ix)	99,99	-
LDV - Editora (ix)	99,99	-
IUNI - Universidade de Cuiabá e controladora de:	100,00	100,00
UNIC PRIMAVERA ANTIGA - Faculdade Primavera do Leste	99,99	99,99
UNIC PRIMAVERA NOVA - Faculdade Primavera do Leste	99,99	99,99
UNIC ROO AE - Faculdade de Rondonópolis	99,99	99,99
UNIC ROO FP - Faculdade de Rondonópolis	99,99	99,99
UNIC SINOP - Faculdade de Sinop	99,99	99,99
UNIC TANGARÁ NORTE - Faculdade de Tangará da Serra	99,99	99,99
UNIC TANGARÁ SUL - Faculdade de Tangará da Serra	99,99	99,99
UNIC VG - Faculdade de Várzea Grande	99,99	99,99
UNIME ITABUNA - Faculdade de Itabuna	99,99	99,99
UNIME SALVADOR - Faculdade de Salvador	99,99	99,99
FAMA MARABÁ - Faculdade de Marabá	99,99	99,99
UNIME LF - Faculdade de Lauro de Freitas e controladora de- FAMA MACAPÁ - Faculdade de Macapá	99,99	99,99

(i) Controlada adquirida em dezembro de 2011.

(ii) Em dezembro de 2012, a Companhia aumentou o capital de sua controlada EDE com a participação na controlada Unopar. Dessa forma, a EDE passou a deter o controle integral da Unopar.

- (iii) Controlada incorporada pela Spes, por meio de aumento de capital efetuado pela EDE em dezembro de 2012.
- (iv) Controlada adquirida em julho de 2011.
- (v) Controlada constituída em agosto de 2012.
- (vi) Controlada adquirida em novembro de 2011.
- (vii) Controlada incorporada pela EDE em outubro de 2012.
- (viii) Controlada adquirida em agosto de 2012.
- (ix) Controlada adquirida em junho de 2012.

Em junho de 2012, a Companhia, por meio de sua controlada EDE, adquiriu o controle da Ítala e em dezembro de 2012 efetuou o processo de incorporação.

2.4. Apresentação de relatórios por segmentos operacionais

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.6. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrado pelo custo, acrescido dos juros auferidos. A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” é classificada como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.8. Ativos financeiros

2.8.1. Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis mantidos

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos disponíveis para venda são classificados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos como “Receitas financeiras”, na demonstração do resultado.

c) Valor justo por meio do resultado

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir, quando aplicável, o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

d) Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa de juros efetiva é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.8.2. Reconhecimento

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

2.8.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.8.4. “Impairment” de ativos financeiros

a) Ativos registrados ao custo amortizado

A Companhia avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “impairment” incluem, mas não se limitam a:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador.
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou do principal.
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira.

- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de “impairment”.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido ao resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado disponível.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por “impairment” reconhecida anteriormente será reconhecida ao resultado.

b) Ativos classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Companhia usa os critérios mencionados no item a) anterior. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo, medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por “impairment” sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo, será retirado do patrimônio e reconhecido ao resultado.

2.9. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pela Companhia.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para “impairment”. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 360 dias do vencimento.

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de “impairment” de ativos financeiros ao custo amortizável. Normalmente, na prática, são reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para “impairment”, se necessária.

2.10. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. É constituída provisão para perdas para os itens fora de coleção, se necessário.

2.11. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção e deduzido da depreciação.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25
Equipamentos de informática	5
Móveis, utensílios e instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	17
Biblioteca	10
Laboratório	10

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras despesas (receitas) operacionais”, na demonstração do resultado.

A Companhia revisou a vida útil dos seus ativos e concluiu que as taxas de amortização e depreciação utilizadas são condizentes com as suas operações em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

2.12. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. O ágio de controladas é registrado como “ativo intangível”. Se a adquirente apurar deságio, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente, ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“impairment”), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “impairment”, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa - UGC para fins de teste de “impairment”. A alocação é feita para as UGC ou para um grupo de UGC que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

b) Programas de computador (softwares) e desenvolvimento de projetos internos

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 17.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo.
- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo.
- O software/projeto pode ser vendido ou usado.
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto.
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 17.

2.13. “Impairment” de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de “impairment”. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de “impairment” em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para “impairment”. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que

tenham sofrido “impairment”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “impairment” na data de apresentação do relatório.

2.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

2.15. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16. Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para perdas, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

O IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido, enquanto o ativo depende da realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro

líquido possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As empresas de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 13.c).

2.18. Lucro por ação

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações. O plano de opção de ações outorgadas aos beneficiários permite que, no momento do exercício da opção, a Companhia emita ações para conceder ao beneficiário.

2.19. Benefícios a empregados - remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos plano de remuneração com base em ações, liquidados em ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

2.20. Arrendamento mercantil financeiro

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

2.21. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.22. Capital social

Em 5 de dezembro de 2012, a Companhia passou a ser listada no segmento especial denominado Novo Mercado, em que são permitidas somente a emissão e negociação de ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSSL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

2.23. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e (c) critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos na entrega do material.

b) Venda de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

As mensalidades dos cursos e seus respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. No semestre, são cobradas seis mensalidades, estando incluída a matrícula. Os recebimentos antecipados de matrícula e mensalidades são registrados como “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos no mês de competência da prestação dos serviços.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância - EAD, da controlada Unopar, 36% da mensalidade do aluno é repassada ao polo parceiro que ministra as aulas telepresenciais. A receita é reconhecida apenas sobre os 64% restantes referentes à controlada.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância - EAD, provenientes das controladas que pertenciam à Ítala, o valor do repasse varia de acordo com o tamanho das turmas operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. A receita é reconhecida apenas sobre a parte da receita referente às controladas.

Polo: é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância por meio da modalidade de aulas telepresenciais.

c) Receita e despesa financeiras

É reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, Cédula de Crédito Bancário - CCB, impostos parcelados e outros passivos financeiros, líquidas do desconto a valor presente das provisões, perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

2.24. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.25. Informação contábil do valor adicionado (“DVA”)

Essa informação contábil tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.

2.26. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013:

- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - de acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.
- IFRS 11 - Negócios em Conjunto - aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser apresentado.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo.
- Modificações à IFRS 7 - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros.
- Modificações às IFRS 10, 11 e 12 - foram emitidas para esclarecer certas regras de transição na aplicação dessas IFRSs pela primeira vez.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados - altera a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas - reflete modificações na contabilização de participação não controladora (minoritária) e trata, principalmente, da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle.
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” - as alterações tiveram como objetivo esclarecer procedimentos na aplicação dos testes de “impairment” em coligadas e “joint ventures”.
- Modificações às IFRSs - as melhorias anuais ao ciclo de IFRSs 2009 - 2011 incluem várias alterações a diversas IFRSs. As alterações às IFRSs são aplicáveis a exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e incluem:
 - a) Alterações à IAS 16 - Imobilizado - as alterações à IAS 16 esclarecem que as peças de substituição, os equipamentos-reserva e os equipamentos de serviço devem ser classificados como imobilizado, caso estejam de acordo com a definição de imobilizado da IAS 16, e, de outra forma, como estoque.

- b) Alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação - esclarecem que o imposto de renda relacionado às distribuições dos titulares de instrumentos patrimoniais e aos custos das transações patrimoniais deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o Lucro.

Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014:

- Modificações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - tratam da classificação de certos direitos denominados em moeda estrangeira, como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC:

CPC 19 (R2)	Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11)
CPC 33 (R1)	Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada)
CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10)
CPC 45	Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12)
CPC 46	Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13)

A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e interpretações e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Práticas contábeis são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revisadas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. A fim de proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a) Perda (“impairment”) na estimativa do ágio

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não são amortizados e são testados anualmente para identificar uma deterioração destes, por meio de uma metodologia conhecida como “impairment test”. Para o propósito de se identificar uma deterioração do ágio, estes são agrupados no nível mais baixo para os quais podem ser identificados fluxos de caixa, e a alocação é efetuada de forma proporcional. O ágio é registrado pelo custo menos perdas por deterioração acumuladas. Perdas por deterioração do ágio serão, se aplicável, registradas no resultado do exercício em que ocorrerem e não podem ser revertidas em exercícios seguintes, mesmo que as condições que ocasionaram a perda deixem de existir. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo consolidado do ágio é de R\$2.103.471 (R\$1.690.574 em 31 de dezembro de 2011). Vide nota explicativa nº 17.

b) Tributos diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - “Liability Method”) de contabilização do imposto de renda é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado do ativo fiscal. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo consolidado ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é de R\$1.546 (R\$7.333 em 31 de dezembro de 2011) e o saldo consolidado passivo é de R\$159.312 (R\$101.992 em 31 de dezembro de 2011). Vide nota explicativa nº 13.

c) Provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A Companhia é ré em diversos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, da Companhia. A Administração acredita que essas provisões são suficientes e estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo consolidado da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis é de R\$244.574 (R\$192.619 em 31 de dezembro de 2011). Vide nota explicativa nº 25.

d) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada. A vida útil desses ativos afeta os testes de recuperação do custo, quando necessário.

e) Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Política de utilização de instrumentos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado, de crédito e de liquidez.

O objetivo da Companhia na gestão de capital é garantir os recursos necessários à execução da sua estratégia ao menor custo de capital, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas.

b) Risco de mercado

Risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade das controladas da Companhia incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado e contas a pagar de aquisições de terceiros parcelados. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA	-	7.786
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	5.972	2.076
Outros (i)	5.660	11.067
Debêntures (ii)	543.809	544.339
Contas a pagar por aquisições:		
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	198.801	394.856
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA	23.384	15.658
Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC	1.359	3.141
Outras	<u>2.802</u>	<u>3.270</u>
	<u>781.787</u>	<u>982.193</u>

(i) Referem-se a contratos de arrendamento mercantil financeiro corrigidos a taxas de juros prefixadas médias de 6,68% ao ano.

(ii) As debêntures possuem juros de 100% do CDI acrescidos de 2,078% ao ano.

Vide maiores informações nas notas explicativas nº 19 e nº 24.

c) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia e de suas controladas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. No segmento de ensino superior presencial para os alunos contemplados pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo Programa. A Companhia mantém provisão para créditos de realização duvidosa de R\$95.363 (R\$72.117 em 31 de dezembro de 2011), do saldo bruto das contas a receber de terceiros em aberto para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos.

d) Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	
Em 31 de dezembro de 2012:				
Empréstimos e financiamentos	4.706	5.586	1.340	11.632
Debêntures	1.698	216.844	325.267	543.809
Contas a pagar - aquisições	<u>54.823</u>	<u>69.240</u>	<u>102.283</u>	<u>226.346</u>
	<u>61.227</u>	<u>291.670</u>	<u>428.890</u>	<u>781.787</u>
Em 31 de dezembro de 2011:				
Empréstimos e financiamentos	10.461	8.889	1.579	20.929
Cédula de crédito bancário - CCB	-	217.736	326.603	544.339
Contas a pagar - aquisições	<u>401.095</u>	<u>14.084</u>	<u>1.746</u>	<u>416.925</u>
	<u>411.556</u>	<u>240.709</u>	<u>329.928</u>	<u>982.193</u>

4.2. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é garantir os recursos necessários à execução da sua estratégia ao menor custo de capital, buscando maximizar o retorno aos seus acionistas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

Os índices de alavancagem financeira são demonstrados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Dívida (i)	-	-	555.441	565.268
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - não circulante (ii)	<u>(1.752)</u>	<u>(4.595)</u>	<u>(219.460)</u>	<u>(152.574)</u>
Dívida líquida	<u>(1.752)</u>	<u>(4.595)</u>	<u>335.981</u>	<u>412.694</u>
Patrimônio líquido (iii)	<u>2.246.204</u>	<u>1.475.331</u>	<u>2.246.204</u>	<u>1.475.331</u>
Índice de alavancagem financeira	-	-	15,0%	28,0%

- (i) A dívida é definida como empréstimos bancários circulantes e não circulantes e debêntures emitidas, conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e nº 19.
- (ii) Trata-se de caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários - não circulante, conforme detalhado nas notas explicativas nº 7 e nº 8.
- (iii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

4.3. Análise de sensibilidade

A seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais à Companhia, com cenário mais provável, segundo a avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

Para a análise de sensibilidade, foram utilizados como premissa os indicadores macroeconômicos vigentes no encerramento do exercício.

- a) Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante

Controladora (BR GAAP)

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
CDI	1.719	Desvalorização do CDI	125	94	63

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
CDI	87.234	Desvalorização do CDI	6.368	4.776	3.184

b) Empréstimos, financiamentos e contas a pagar - aquisições

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
CDI	210.433	Alta do CDI	15.359	19.194	23.048

c) Debêntures

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

<u>Indexador</u>	<u>Valor</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (25%)</u>	<u>Cenário remoto (50%)</u>
Debêntures-CDI (*)	543.809	Alta do CDI	39.698	49.623	59.547

(*) A taxa de correção das debêntures é acrescida de 2% ao ano de acordo com a escritura de emissão.

Indexador utilizado (cenário provável): CDI projetada para 12 meses - 7,3% ao ano.

Para a análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

A referida taxa utilizada para a projeção de mercados foi extraída da seguinte fonte externa independente: www.cetip.com.br.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA -
CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	215.620	215.620
Títulos e valores mobiliários (i)	Empréstimos e recebíveis	3.840	3.840
Contas a receber (ii)	Empréstimos e recebíveis	259.506	259.506
Demais contas a receber (com exceção de despesas antecipadas) (iii)	Empréstimos e recebíveis	13.171	13.171

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Passivos			
Fornecedores (ii)	Outros passivos financeiros	72.666	72.666
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil financeiro (iv)	Outros passivos financeiros	11.632	11.228
Debêntures (v)	Outros passivos financeiros	543.809	543.809
Contas a pagar aquisições (vi)	Outros passivos financeiros	226.346	225.912
Demais contas a pagar (iii)	Outros passivos financeiros	25.176	25.176

- (i) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (ii) Os saldos das rubricas “contas a receber” e “fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) Referem-se a de instrumentos acordados por meio de contrato e que serão liquidados em dinheiro, os valores justo aproximam-se do valor contábil.
- (iv) Calculados por meio de fluxo de caixa descontado de acordo com a taxa de 8% ao ano, com base nas parcelas a vencer. A Companhia entende que se contratasse novos arrendamentos ou empréstimos de capital de giro, sob as mesmas características, os custos e encargos envolvidos se aproximariam dos valores contábeis.
- (v) Em 31 de dezembro de 2012, considerando que a captação ocorreu em janeiro de 2012 e considerando que as condições para uma nova captação permanecem as mesmas, a Companhia entende que o valor contábil é próximo de mercado.
- (vi) Foram calculados sobre os saldos, descontados à taxa DI projetada de 7,3%.

6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS -
CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Contas a receber de clientes				
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 1 - ensino superior			319.610	294.590
Grupo 2 - educação básica	-	-	<u>36.298</u>	<u>38.545</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>355.908</u>	<u>333.135</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo (i) (ii)				
AAA	31	27	128.569	43.658
AA	-	-	3.165	-
A	2	-	-	68
Outros	-	-	<u>492</u>	<u>983</u>
	<u>33</u>	<u>27</u>	<u>132.226</u>	<u>44.709</u>

O saldo residual da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” do balanço patrimonial é dinheiro em caixa.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Aplicações financeiras (i)				
AAA	1.719	4.568	85.258	107.865
AA	-	-	<u>1.976</u>	<u>-</u>
	<u>1.719</u>	<u>4.568</u>	<u>87.234</u>	<u>107.865</u>

(i) “Rating” atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings.

(ii) “Rating” atribuído pela agência de classificação de risco Standard & Poor’s (S&P).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	33	27	132.226	44.709
Fundo de renda fixa (i)	1.719	4.568	13.932	1.100
Fundo exclusivo (ii)	-	-	59.460	97.592
CDB (iii)	-	-	7.186	7.946
Aplicações financeiras (iv)	-	-	1.916	-
Título de capitalização (v)	-	-	900	-
	<u>1.752</u>	<u>4.595</u>	<u>215.620</u>	<u>151.347</u>

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em fundo de renda fixa, de excedente de caixa diário, com rendimentos atrelados à variação do CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e a Companhia possui o direito de resgate imediato.
- (ii) Refere-se a aplicações financeiras em fundo constituído na forma de fundo exclusivo, que se enquadra na categoria “renda fixa”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Para atingir seus objetivos, a carteira é composta basicamente por títulos públicos e papéis de instituições privadas, os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e a Companhia possui o direito de resgate imediato.

A composição da carteira do fundo está representada por títulos de renda fixa de bancos de primeira linha e títulos do Tesouro Nacional - Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Letras do Tesouro Nacional - LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, sendo 73,34% de crédito privado - bancos e 26,66% em títulos do Tesouro. A rentabilidade do Fundo tem atingido a média de 102% do CDI.

- (iii) Refere-se a aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados ao CDI. A rentabilidade média foi de 98% do CDI.
- (iv) Referem-se a aplicações financeiras compromissadas com debêntures, com rendimentos atrelados ao CDI. A rentabilidade é de 101% do CDI.
- (v) Refere-se à aquisição de títulos de capitalização no valor de face de R\$1.000 com vigência de 24 meses a partir de dezembro de 2011, com carência de 12 meses para o resgate antecipado.

O rendimento médio mensal no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de 100,9% do CDI e o montante de receitas financeiras geradas no exercício foi de R\$894 na controladora (R\$2.871 em 31 de dezembro de 2011) e de R\$29.514 (R\$13.775 em 31 de dezembro de 2011).

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - NÃO CIRCULANTE

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Título de capitalização	-	800
CDB (i)	463	427
Debêntures (ii)	<u>3.377</u>	<u>-</u>
	<u>3.840</u>	<u>1.227</u>

- (i) São aplicações que não possuem liquidez imediata e foram classificadas como não circulantes. São todas aplicações financeiras em CDB, com rendimentos atrelados ao CDI. A rentabilidade é de 100% do CDI.
- (ii) São aplicações atreladas às debêntures e referem-se a garantias dadas a terceiros e não possuem liquidez imediata.

9. CONTAS A RECEBER - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ensino superior (i)	319.610	294.590
Educação básica	<u>36.298</u>	<u>38.545</u>
	<u>355.908</u>	<u>333.135</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Ensino superior	(85.526)	(64.551)
Educação básica	<u>(9.837)</u>	<u>(7.566)</u>
	<u>(95.363)</u>	<u>(72.117)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	260.545	261.018
Ajuste a valor presente (ii)	<u>(1.039)</u>	<u>(892)</u>
	<u>259.506</u>	<u>260.126</u>
Circulante	245.104	240.558
Não circulante (iii)	14.402	19.568

- (i) No segmento de ensino superior presencial, a Companhia possui alunos contemplados pelo Programa FIES.

Conforme a legislação que instituiu esse Programa, a Companhia recebe do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE repasses correspondentes ao montante financiado pelos seus alunos. Adicionalmente, a Companhia pode também compensar tributos federais dos montantes a serem repassados pelo FNDE.

Em 31 de dezembro de 2012, as contas a receber do FIES líquidas são de R\$83.531 (R\$95.381 em 31 de dezembro de 2011).

- (ii) O ajuste a valor presente é calculado somente sobre os saldos das contas a receber com vencimentos futuros, cujos juros foram reconhecidos na data presente. O cálculo é realizado por meio do fluxo de caixa descontado, utilizando a taxa Selic, média projetada

divulgada no relatório Focus disponibilizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN, como taxa de desconto. A taxa média utilizada foi de 9% ao ano. À medida que ocorre a realização das contas a receber, o saldo classificado como ajuste a valor presente é reconhecido como receita financeira.

(iii) Refere-se a renegociações e créditos estudantis (ensino superior).

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Baixa dos títulos vencidos há mais de 360 dias no exercício	(47.344)	(38.465)
Baixa de provisão para créditos de liquidação duvidosa acumulada	<u>47.344</u>	<u>38.465</u>

A partir do exercício de 2010, foi estabelecido que somente as mensalidades de ensino superior vencidas até 360 dias permaneceriam registradas no contas a receber. Os títulos vencidos acima de 360 dias são baixados, assim como sua respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia não possui operações de desconto de duplicata em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

A análise de vencimentos dessas contas a receber bruto está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Valores a vencer (i)	166.713	153.952
Vencidos		
Até 30 dias	34.357	27.236
Entre 31 e 60 dias	27.089	20.994
Entre 61 e 90 dias	13.221	12.406
Entre 91 e 360 dias	114.528	118.547
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(95.363)	(72.117)
Ajuste a valor presente	<u>(1.039)</u>	<u>(892)</u>
	<u>259.506</u>	<u>260.126</u>

(i) Os valores a receber do FIES estão classificados nesta rubrica.

A Companhia mensalmente constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa analisando as “safras” mensais de recebíveis e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando a performance de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda que é recorrentemente provisionada. A probabilidade de perda aumenta conforme o tempo de atraso do pagamento e quando o atraso atinge uma faixa superior a 360 dias o título é baixado conforme mencionado. Mesmo esse título baixado, os esforços de cobrança continuam e os recebimentos de títulos já baixados são reconhecidos diretamente ao resultado quando de seu recebimento.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa. A Companhia é responsável por uma parcela de uma eventual inadimplência do aluno para com o FNDE de acordo com a modalidade de contrato celebrado. Para os contratos com fiador, a Companhia é responsável por 15% de uma eventual inadimplência do aluno. Para os contratos garantidos pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativa - FGEDUC, a Companhia é responsável por 3% da inadimplência para os contratos assinados antes de 3 de abril

de 2012 e de 1,5% para os contratos assinados após esta data.

As movimentações na provisão para perdas de contas a receber da Companhia são as seguintes:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(58.247)
Adições provenientes de adquiridas	(21.021)
Baixa	38.465
Constituição	(31.314)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(72.117)
Adições provenientes de adquiridas (i)	(4.507)
Baixa	47.344
Constituição	(66.083)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(95.363)

(i) Inclui as aquisições da Ítala em junho de 2012 e Unirondon em agosto de 2012.

10. ESTOQUES - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Livros e coleções “Pitágoras”	13.431	14.497
Software educacional	-	4.969
Livros comerciais	2.157	2.158
Matéria-prima	-	450
Outros	1.725	1.207
Provisão para perdas (i)	<u>(1.410)</u>	<u>(1.153)</u>
	<u>15.903</u>	<u>22.128</u>

(i) A provisão para perdas prováveis sobre os estoques de livros e coleções de exercícios anteriores é calculada com base na expectativa de realização destes.

O custo dos estoques reconhecidos como custo dos produtos vendidos totalizou R\$25.896 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$23.528 em 31 de dezembro de 2011).

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	(3.011)
Baixa	<u>1.858</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(1.153)
Baixa	3.041
Constituição	(3.298)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>(1.410)</u>

11. ADIANTAMENTOS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fornecedores:		
Campus Betim (i)	9.956	10.896
Campus Raja (i)	2.370	4.277
Campus Macapá (i)	730	-
Campus São Luís (i)	2.054	-
Plano de comunicação (ii)	1.543	-
Outros	1.919	2.447
Empregados (iii)	14.096	11.591
Repasse para polos de EAD (iv)	2.987	-
Viagens	<u>565</u>	<u>484</u>
	<u>36.220</u>	<u>29.695</u>
 Circulante	 27.443	 17.938
Não circulante	8.777	11.757

- (i) Referem-se a antecipações a fornecedores para construção e manutenção dos prédios das unidades de ensino superior de Betim, Raja, Macapá e São Luís. Esses valores são classificados como recuperáveis, pois serão compensados no pagamento mensal dos aluguéis e corrigidos mensalmente, conforme determinado em contrato. Todos têm prazo de realização em até dois anos, com exceção de Betim, cuja expectativa excede esse prazo.
- (ii) Refere-se ao projeto de desenvolvimento da área de comunicação.
- (iii) Referem-se principalmente a adiantamentos de férias a funcionários.
- (iv) Refere-se a saldos de recebíveis de alunos adiantados aos polos de EAD para a manutenção da operação. Na medida em que os recebimentos dos alunos acontecem, os valores são descontados do repasse ao polo.

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante		
IRPJ e CSLL a recuperar	<u>1.107</u>	<u>317</u>
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante		
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	17.590	14.620
INSS a recuperar (ii)	3.809	2.985
PIS, Cofins e ISS a recuperar (iii)	2.380	1.548
Programa de Recuperação Fiscal (REFIS IV) – parcelas de	1.766	405

adesão (iv)		
ICMS a recuperar	<u>10</u>	<u>64</u>
	<u>25.555</u>	<u>19.622</u>
Não circulante		
INSS a recuperar (v)	6.093	1.537
IRPJ a recuperar (vi)	<u>3.718</u>	<u>-</u>
	<u>9.811</u>	<u>1.537</u>

- (i) Refere-se a IRRF e saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados por estimativa, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil.
- (ii) Refere-se a tributos retidos por clientes, pessoa jurídica.
- (iii) Referem-se a tributos retidos na fonte vinculados à emissão de notas fiscais da prestação de serviços.
- (iv) Em abril de 2008, algumas controladas aderiram ao parcelamento regulamentado pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/07, denominado “Parcelamento das IES”. Posteriormente, as mesmas controladas resolveram abandonar essa modalidade de parcelamento e aderiram ao REFIS IV, instituído pela Lei nº 11.941/09.
- Até dezembro de 2012, parte dos débitos a serem incluídos no parcelamento não foi consolidada, tendo a Companhia decisões judiciais favoráveis determinando que a Receita Federal efetive a consolidação do parcelamento, e o órgão público já se manifestou formalmente no sentido de que cumprirá a determinação judicial. Assim, até que a Receita Federal do Brasil - RFB solucione problemas sistêmicos, as parcelas pagas de adesão ao REFIS IV serão controladas no ativo.
- (v) Refere-se a pagamentos de parcelas de adesão ao “Parcelamento das IES”, modalidade de parcelamento exclusivo a instituições de ensino superior e que não foi levada adiante devido à adesão ao parcelamento REFIS IV. Os valores estão concentrados na controlada Unime LF, no montante de R\$2.718. Na controlada Spes, há créditos oriundos de retenção na fonte de INSS dos contratos. Os créditos mensais originados pelas retenções ultrapassam o valor do tributo a pagar, o que gera acúmulo de crédito. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo acumulado é de R\$3.353 e será objeto de pedido administrativo de ressarcimento e/ou compensação com outros débitos tributários. As demais controladas somadas têm R\$22.
- (vi) Refere-se a IRRF sobre aplicação financeira que, conforme análise interna da Administração, não será compensada em prazo inferior a 12 meses.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTES E DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social, aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora (BR GAAP)	
	31/12/201	31/12/201
	<u>2</u>	<u>1</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	200.501	37.574
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	<u>(68.170)</u>	<u>(12.775)</u>
Reconciliação:		
Equivalência patrimonial	75.021	14.415
Adições (exclusões) líquidas (ii)	(2.986)	-
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo fiscal do exercício	<u>(2.322)</u>	<u>(1.839)</u>
IRPJ e CSLL no resultado	<u>1.543</u>	<u>(199)</u>
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/201	31/12/201
	<u>2</u>	<u>1</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	208.621	42.680
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	<u>(70.931)</u>	<u>(14.511)</u>
Reconciliação:		
Incentivo fiscal em controlada sujeita ao benefício ProUni (i)	94.556	25.487
Adições (exclusões) líquidas (ii)	(24.078)	(2.135)
Compensações de prejuízos fiscais e base negativa de exercícios anteriores	5.251	1.866
Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada (iii)	(2.388)	(78)
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas	<u>(20.161)</u>	<u>(15.934)</u>
IRPJ e CSLL diferidos sobre a amortização do ágio alocado	<u>11.174</u>	<u>-</u>
Total IRPJ e CSLL	<u>(6.577)</u>	<u>(5.305)</u>
IRPJ e CSLL correntes no resultado	(16.300)	(2.338)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	9.723	(2.967)

- (i) Corresponde ao benefício fiscal da Lei nº 11.096/05 (ProUni), calculado pelo método do lucro da exploração sobre as atividades incentivadas vide item c) a seguir.
- (ii) As principais adições e exclusões são: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para participação de funcionários nos lucros e provisão para perdas fiscais, trabalhistas e cíveis.
- (iii) Refere-se à controlada Alba e às controladas Pós EAD, Pós Uniasselvi e LDV adquiridas em 2012.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos diferidos em 31 de dezembro de 2012 estão registrados somente na controlada Projecta e em 31 de dezembro de 2011 nas controladas Pax, Projecta e Spes.

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízos fiscais de imposto de renda	1.137	5.392
Bases negativas de contribuição social	<u>409</u>	<u>1.941</u>
	<u>1.546</u>	<u>7.333</u>

A Administração preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pelas empresas, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2012	31/12/2011
2013	401	5.271
2014	347	808
2015	395	844
2016	<u>403</u>	<u>410</u>
	<u>1.546</u>	<u>7.333</u>

Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos são demonstrados como segue:

Controladora (BR GAAP)

	31/12/2011	Reconhecido ao resultado	Transferido para controlada (i)	31/12/2012
<u>No passivo</u>				
Imposto de renda diferido	14.792	(1.135)	(13.657)	-
Contribuição social diferida	<u>5.325</u>	<u>(408)</u>	<u>(4.917)</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante	<u>20.117</u>	<u>(1.543)</u>	<u>(18.574)</u>	<u>=</u>

- (i) Em dezembro de 2012 houve aumento de capital na controlada EDE, constituído dos saldos que

representavam o saldo da participação da Companhia na controlada Unopar (vide nota explicativa nº 15).

Consolidado (BR GAAP e IFRS)

	<u>31/12/2011</u>	<u>Efeito no resultado</u>		<u>Reconhecido contra o ágio pela alocação aos intangíveis</u>	<u>31/12/2012</u>
		<u>Amortização do ágio alocado aos intangíveis</u>	<u>Outros</u>		
<u>No ativo</u>					
Imposto de renda					
Prejuízos fiscais	5.392	-	(4.255)	-	1.137
Contribuição social					
Base de cálculo negativa	<u>1.941</u>	<u>-</u>	<u>(1.532)</u>	<u>-</u>	<u>409</u>
Ativo não circulante	<u>7.333</u>	<u>-</u>	<u>(5.787)</u>	<u>-</u>	<u>1.546</u>
<u>No passivo</u>					
Imposto de renda diferido	(74.994)	8.216	3.188	(53.551)	(117.141)
Contribuição social diferida	<u>(26.998)</u>	<u>2.958</u>	<u>1.148</u>	<u>(19.279)</u>	<u>(42.171)</u>
Passivo não circulante	<u>(101.992)</u>	<u>11.174</u>	<u>4.336</u>	<u>(72.830)</u>	<u>(159.312)</u>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes de ativos intangíveis decorrentes de aquisições e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes de prejuízos fiscais de exercícios anteriores.

c) Incentivos fiscais

O ProUni estabelece por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados tributos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As empresas de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas nesse programa.

Segundo a Instrução Normativa nº 456, de 5 de outubro de 2004, da Secretaria da Receita Federal, uma instituição de ensino superior privada que aderiu ao ProUni fica isenta, total ou parcialmente, dos seguintes tributos, durante o período em que o termo de adesão estiver em vigor:

- Imposto de renda e contribuição social com relação à parcela do lucro líquido proporcional às receitas provenientes de cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.
- Cofins e PIS referentes às receitas provenientes dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Devido à isenção desses tributos a quem adere ao ProUni, as controladas que possuem prejuízo fiscal e base negativa não efetuam contabilização de créditos tributários, devido à relevância de sua alíquota efetiva. Os créditos tributários não constituídos em virtude do ProUni no exercício findo em 31 dezembro de 2012 é de R\$123.265.

Adicionalmente, as controladas que têm como atividade principal a comercialização de livros gozam do benefício do não recolhimento do PIS e da Cofins sobre as receitas provenientes da venda de livros no mercado interno, conforme estabelecido pelo artigo 28 da Lei nº 10.865/04. Essas controladas também gozam da não incidência do ICMS sobre a circulação de livros didáticos.

14. DEMAIS CONTAS A RECEBER - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante		
Operações de cartão de crédito (i)	3.644	2.831
Direitos sobre cessão de bens (ii)	281	1.494
Despesas antecipadas (iii)	769	1.211
Crédito com adquiridas - Unirondon (iv)	<u>6.224</u>	<u>-</u>
	<u>10.918</u>	<u>5.536</u>
Não circulante		
Venda da controlada Suesc (v)	2.270	2.014
Créditos com a Fundação Pitágoras (vi)	-	1.098
Direitos sobre cessão de bens (ii)	752	995
Créditos com adquiridas - Suesc (vii)	<u>-</u>	<u>160</u>
	<u>3.022</u>	<u>4.267</u>

- (i) Saldo a receber das operadoras de cartão de crédito referente aos pagamentos dos alunos por meio dessa modalidade.
- (ii) Saldos a receber pela transferência de propriedade aos polos de EAD de equipamentos de informática e audiovisuais. A controlada Unopar mantém contratos para compra de bens por meio de arrendamento financeiro e transfere os bens aos polos parceiros. A controlada mantém, dessa forma, arrendamento mercantil financeiro, conforme a nota explicativa nº 19.
- (iii) Referem-se aos saldos de despesas antecipadas representados principalmente por pagamentos antecipados de material didático dos cursos de EAD e por prêmios de seguro.
- (iv) A controlada Unirondon possui débitos previdenciários de R\$6.224, que serão quitados em 60 parcelas, sendo as parcelas pagas pela Companhia e de responsabilidade dos vendedores. A Companhia fará o desconto das parcelas a pagar pela aquisição.
- (v) O valor a receber pela venda da Suesc está vinculado ao saldo remanescente do passivo fiscal do ISSQN, conforme decisão final a ser proferida no âmbito do processo de execução fiscal ajuizado pelo Município do Rio de Janeiro. Se favorável, a Companhia tem o direito de receber do comprador o valor acordado entre as partes e, com isso, poderá reverter o passivo. Em caso desfavorável, a Companhia pagará a diferença entre o preço definido em contrato de R\$2.270 e o valor da causa. O valor a pagar está registrado na rubrica “Demais contas a pagar” do passivo circulante. O saldo de R\$2.270 em 31 de dezembro de 2012 é corrigido mensalmente à taxa de 1%.
- (vi) Referiam-se aos créditos a receber da Fundação Pitágoras pela controlada EDE, liquidados em junho de 2012.
- (vii) Referiam-se ao pagamento de despesas de controladas adquiridas que foram descontadas dos vendedores no primeiro semestre de 2012.

15. INVESTIMENTOS

a) Informação sobre investimentos da controladora

Controlada EDE

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Quantidade de ações possuídas	2.034.266.657	1.115.447.396
Participação no capital social - %	100	100
Capital social	2.034.267	1.115.447
Patrimônio líquido	2.186.232	1.152.801
Lucro do exercício (i)	192.228	41.352
Saldo contábil do investimento	2.186.232	1.152.801
Equivalência patrimonial	192.164	41.352

- (i) Em 29 de março de 2012 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a destinação do lucro do exercício social de 2011 de R\$41.352, sendo: (i) R\$7.758 como compensação dos prejuízos acumulados; (ii) R\$1.680 para a constituição de reserva legal; e (iii) R\$31.914 destinados ao aumento de capital.

A movimentação do investimento no exercício é como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	1.152.801	765.427
Aumento de capital (i)	886.906	324.556
Resultado de equivalência patrimonial	192.164	41.352
Dividendos mínimos a receber (ii)	(45.639)	-
Compra de ações para tesouraria	-	(4.704)
Outorga do plano de opção de ações (iii)	-	2.469
Cisão do plano de opções e ações em tesouraria (iii)	-	23.701
Saldo final	<u>2.186.232</u>	<u>1.152.801</u>

- (i) Em agosto de 2012, houve aumento de capital de R\$600.370. Em dezembro de 2012, houve aumento de capital de R\$286.536 que representa o saldo da participação da Companhia na controlada Unopar, composto por:

Investimento	17.212
Intangível	287.899
Tributos diferidos	<u>(18.575)</u>
	<u>286.536</u>

Com o aumento de capital, a EDE passou a deter o controle integral da Unopar.

- (ii) Dividendos de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício de 2012.
- (iii) Com a formalização do adiantamento para futuro aumento de capital enviado pela Companhia à EDE em setembro de 2011, houve a retirada dos saldos de ações emitidas pela Companhia que a EDE possuía em tesouraria e também a saída do plano de opção de ações da EDE para a Companhia, eliminando, dessa forma, os saldos de participação recíproca que existiam entre a controladora e a controlada.

Controlada Unopar

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Quantidade de cotas possuídas	-	16.125.360
Participação no capital social - %	-	20
Capital social	-	80.627
Patrimônio líquido	-	(56.375)
Lucro do exercício	161.119	5.225
Saldo contábil do passivo a descoberto	-	(11.275)
Equivalência patrimonial (i)	28.487	1.045

(i) Corresponde a 20% do lucro líquido de 11 meses do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que foi de R\$142.435.

A movimentação do investimento (provisão para perdas em investimentos) referente à Unopar é como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	(11.275)	(12.320)
Resultado de equivalência patrimonial	28.487	1.045
Transferência de participação (i)	<u>(17.212)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>-</u>	<u>(11.275)</u>

(i) Em dezembro de 2012, a Companhia aumentou o capital em sua controlada EDE por meio da transferência da participação que a Companhia possuía na controlada Unopar.

b) Informações sobre investimentos da controlada EDE em suas respectivas controladas diretas e indiretas:

	Quantidade de cotas possuídas		Capital social		Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ÁGORA (i)	-	915.250	-	915	-	(219)
ALBA	250.000	250.000	250	250	7.799	2.767
CEAMA	27.362.100	1.100.000	27.362	1.100	19.185	(13.176)
CSL (ii)	766.812	-	767	-	846	-
FAIS	4.926.952	100.000	4.927	100	7.692	(1.391)
FATEC	916.919	916.919	917	917	684	729
GK	3.118.691	920.095	3.119	920	2.584	98
INADE (iii)	-	1.174.539	-	1.175	-	1.883
ORME	29.825.388	23.756.323	29.825	23.756	8.017	9.098
PAX	11.031.163	7.076.972	11.031	7.077	13.478	9.524
PROJECTA	10.234.275	10.234.275	10.234	10.234	5.868	6.043
PSES	126.706.854	126.706.854	126.707	126.707	188.440	154.797
SPES	18.386.098	18.352.151	18.386	18.352	18.937	19.656
SUESC (iv)	-	-	-	-	-	-
UMEP	21.518.385	20.292.748	21.518	20.293	11.983	8.122
UNIAO	4.708.878	3.200.000	4.709	3.200	1.571	(594)
UNILINHARES	10.155.818	8.670.535	10.156	8.671	10.156	7.317
UNIRONDON (v)	16.059.232	-	16.059	-	(14.146)	-
UNOPAR (vi)	80.626.800	64.501.440	80.627	80.627	80.627	(56.375)
ÍTALA (vii) (viii)	-	-	-	-	-	-
ASSEVIM (vii)	3.738.861	-	3.739	-	1.547	-
FAMEG (vii)	3.492.678	-	3.493	-	1.057	-
FAMELAGES (vii)	1.195.692	-	1.196	-	(592)	-
FAMESUL (vii)	9.398.555	-	9.399	-	(405)	-
PÓS - EAD (vii)	82.423	-	82	-	3.591	-
PÓS - UNIASSELVI (vii)	1.924.009	-	1.924	-	(1.618)	-
UNIASSELVI (vii)	10.000	-	10	-	29.317	-
LDV (vii)	50.000	-	50	-	(54)	-
IUNI	291.911.168	220.571.006	291.911	220.571	291.912	211.978
UNIC VG	1.134.663	271.100	1.135	271	2.529	1.335
UNIC PRIMAVERA						
ANTIGA	366.000	366.000	366	366	2.439	1.455
UNIC PRIMAVERA NOVA	2.097.470	1.457.000	2.097	1.457	11.101	6.276
UNIC SINOP	1.714.672	120.000	1.715	120	12.045	4.238
UNIC TANGARÁ SUL	4.423.861	3.446.488	4.424	3.446	13.890	4.905
UNIC TANGARÁ NORTE	3.987.510	3.236.010	3.988	3.236	1.759	(21)
UNIC ROO AE	287.000	150.000	287	150	6.576	5.720
UNIC ROO FP	6.035.934	2.847.631	6.036	2.848	4.625	776
UNIME ITABUNA	8.989.577	5.329.858	8.990	5.330	20.512	9.590
UNIME SALVADOR	13.726.544	8.273.991	13.727	8.274	16.163	5.884
FAMA MARABÁ	522.450	291.900	522	292	6	(227)
UNIME LF	37.409.183	27.429.224	37.409	27.429	37.409	14.012
FAMA MACAPÁ	9.722.407	4.153.364	9.722	4.153	16.276	4.557

	Ativo total		Passivo total		Receita líquida	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ÁGORA (i)	-	10	-	229	99	118
ALBA	36.587	13.938	28.788	11.171	497	38
CEAMA	36.798	24.882	17.613	38.058	19.712	7.910
CSL (ii)	1.413	-	567	-	1.491	-
FAIS	9.775	1.671	2.083	3.062	10.883	1.271
FATEC	690	742	6	13	52	96
GK	4.296	847	1.712	749	3.063	1.156
INADE (iii)	-	2.069	-	186	1.361	1.366
ORME	14.023	13.062	6.006	3.964	8.870	11.839
PAX	17.824	15.774	4.345	6.250	18.707	18.771
PROJECTA	7.278	7.637	1.410	1.594	5.282	7.480
PSES	207.427	175.470	18.987	20.673	183.622	134.785
SPES	27.134	28.675	8.196	9.019	47.077	36.443
SUESC (iv)	-	-	-	-	-	2.564
UMEP	15.576	9.900	3.593	1.778	15.982	13.105
UNIAO	3.124	2.558	1.553	3.152	7.086	3.773
UNILINHARES	13.308	10.638	3.152	3.321	23.129	17.837
UNIRONDON (v)	39.135	-	53.281	-	10.725	-
UNOPAR (vi)	209.287	172.929	128.661	229.304	369.125	20.621
ÍTALA (vii) (viii)	-	-	-	-	739	-
ASSEVIM (vii)	5.379	-	3.832	-	3.232	-
FAMEG (vii)	5.030	-	3.973	-	5.258	-
FAMELAGES (vii)	903	-	1.495	-	-	-
FAMESUL (vii)	5.335	-	5.740	-	1.989	-
PÓS - EAD (vii)	7.849	-	4.258	-	6.747	-
PÓS - UNIASSELVI (vii)	8.247	-	9.865	-	2.803	-
UNIASSELVI (vii)	161.970	-	132.653	-	97.146	-
LDV (vii)	29	-	83	-	168	-
IUNI	373.399	276.089	81.487	64.111	191.210	162.627
UNIC VG	3.482	1.893	953	558	3.181	3.071
UNIC PRIMAVERA						
ANTIGA	3.530	2.758	1.090	1.303	3.253	2.625
UNIC PRIMAVERA NOVA	16.180	10.279	5.080	4.003	18.858	11.561
UNIC SINOP	14.308	6.594	2.263	2.356	13.720	7.708
UNIC TANGARÁ SUL	18.180	10.742	4.290	5.837	16.104	9.739
UNIC TANGARÁ NORTE	2.554	1.151	795	1.172	2.616	1.676
UNIC ROO AE	8.747	7.825	2.171	2.105	16.667	12.991
UNIC ROO FP	6.513	5.083	1.888	4.307	4.736	4.711
UNIME ITABUNA	26.706	17.285	6.194	7.695	24.779	20.443
UNIME SALVADOR	20.591	13.096	4.428	7.212	21.881	15.745
FAMA MARABÁ	61	1	55	228	-	10
UNIME LF	73.118	53.057	35.709	39.045	61.363	55.006
FAMA MACAPÁ	23.153	11.566	6.877	7.009	22.397	14.302

	Lucro (prejuízo) líquido		Saldo contábil do investimento		Equivalência patrimonial	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ÁGORA (i)	(419)	(439)	-	(219)	(419)	(439)
ALBA	5.032	32	7.799	2.767	5.032	32
CEAMA	5.390	35	19.185	(13.176)	5.390	35
CSL (ii)	79	-	846	-	79	-
FAIS	4.257	289	7.692	(1.391)	4.257	289
FATEC	(45)	43	684	729	(45)	43
GK	287	(289)	2.584	98	287	(289)
INADE (iii)	233	(938)	-	1.883	233	(938)
ORME	(7.150)	(7.899)	8.017	9.098	(7.150)	(7.899)
PAX	1.639	3.003	13.478	9.524	1.639	3.003
PROJECTA	(175)	91	5.868	6.043	(175)	91
PSES	54.230	15.720	188.440	154.797	54.230	15.720
SPES	5.781	456	18.937	19.656	5.781	456
SUESC (iv)	-	63	-	-	-	63
UMEP	2.636	125	11.983	8.122	2.636	125
UNIAO	656	106	1.571	(594)	656	106
UNILINHARES	4.270	(27)	10.156	7.317	4.270	(27)
UNIRONDON (v)	646	-	(14.146)	-	646	-
UNOPAR (vi)	161.119	5.225	80.627	(56.375)	161.119	5.225
ÍTALA (vii) (viii)	(2.155)	-	-	-	(2.155)	-
ASSEVIM (vii)	(488)	-	1.547	-	(488)	-
FAMEG (vii)	(607)	-	1.057	-	(607)	-
FAMELAGES (vii)	(474)	-	(592)	-	(474)	-
FAMESUL (vii)	(706)	-	(405)	-	(706)	-
PÓS - EAD (vii)	3.970	-	3.591	-	3.970	-
PÓS - UNIASSELVI (vii)	(370)	-	(1.618)	-	(370)	-
UNIASSELVI (vii)	16.025	-	29.317	-	16.025	-
LDV (vii)	(42)	-	(54)	-	(42)	-
IUNI	53.675	67.162	291.912	211.978	53.675	67.162
UNIC VG	331	786	2.529	1.335	331	786
UNIC PRIMAVERA						
ANTIGA	1.766	1.516	2.439	1.455	1.766	1.516
UNIC PRIMAVERA NOVA	7.888	4.819	11.101	6.276	7.888	4.819
UNIC SINOP	6.212	2.325	12.045	4.238	6.212	2.325
UNIC TANGARÁ SUL	7.797	4.364	13.890	4.905	7.797	4.364
UNIC TANGARÁ NORTE	1.238	908	1.759	(21)	1.238	908
UNIC ROO AE	6.553	5.570	6.576	5.720	6.553	5.570
UNIC ROO FP	660	1.544	4.625	776	660	1.544
UNIME ITABUNA	7.262	6.440	20.512	9.590	7.262	6.440
UNIME SALVADOR	6.725	4.548	16.163	5.884	6.725	4.548
FAMA MARABÁ	3	1	6	(227)	3	1
UNIME LF	16.145	11.420	37.409	14.012	16.145	11.420
FAMA MACAPÁ	6.150	2.028	16.276	4.557	6.150	2.028

- (i) Em 1º de dezembro, a EDE aumentou o capital de sua controlada Spes com as cotas da Ágora, por meio da incorporação da Ágora pela Spes.
- (ii) Em 1º de agosto de 2012, a EDE constituiu a empresa CSL a partir do acervo líquido cindido da controlada Spes.
- (iii) Em 1º de outubro a EDE incorporou a controlada Inade.
- (iv) A controlada Suesc foi vendida em 30 de abril de 2011.
- (v) Em 2 de agosto de 2012, a EDE adquiriu 100% das cotas de emissão da Unirondon.

- (vi) Em 21 de dezembro de 2012, a Companhia aumentou o capital da controlada EDE com as cotas da Unopar, fazendo com que a EDE passe a ser controladora da Unopar.
- (vii) Em 28 de maio de 2012, a EDE adquiriu 100% das cotas da Ítala e respectivas controladas.
- (viii) Em 1º de dezembro de 2012, a EDE incorporou a Ítala, passando a ser a controladora direta de suas então controladas.

16. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	Taxa média anual de depreciação - %	31/12/2012			31/12/2011		
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Equipamentos de informática	20	58.392	(39.163)	19.229	42.699	(25.762)	16.937
Móveis, equipamentos e utensílios	10	150.022	(61.154)	88.868	113.711	(42.387)	71.324
Biblioteca	10	82.394	(36.015)	46.379	60.436	(23.902)	36.534
Edificações e benfeitorias	6	152.998	(22.594)	130.404	92.746	(14.182)	78.564
Imobilizado em andamento	-	27.237	-	27.237	10.559	-	10.559
Terrenos	-	<u>59.735</u>	<u>-</u>	<u>59.735</u>	<u>32.346</u>	<u>-</u>	<u>32.346</u>
		<u>530.778</u>	<u>(158.926)</u>	<u>371.852</u>	<u>352.497</u>	<u>(106.233)</u>	<u>246.264</u>

A depreciação alocada às rubricas “custo dos serviços prestados” e “despesas administrativas” do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$32.642 (R\$23.273 em 31 de dezembro de 2011).

Os itens do ativo imobilizado não possuem evidência de que os custos registrados são maiores que os seus valores de recuperação.

A movimentação do imobilizado é demonstrada como segue:

	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	12.268	52.179	27.552	95.714	14.479	21.174	223.366
Adições	3.288	15.340	5.803	3.581	5.001	-	33.013
Adição proveniente das adquiridas (i)	6.237	13.512	8.406	9.034	30	11.172	48.391
Adição proveniente da alocação de ágio (ii)	-	-	-	2.132	-	-	2.132
Baixa proveniente da venda de controlada (iii)	(157)	(726)	(625)	-	-	-	(1.508)
Baixa proveniente da venda de imóvel (iv)	-	-	-	(25.477)	-	-	(25.477)
Demais baixas (v)	-	(159)	-	(10.221)	-	-	(10.380)
Depreciação	(4.667)	(8.854)	(4.602)	(5.150)	-	-	(23.273)
Transferências	(32)	32	-	8.951	(8.951)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>16.937</u>	<u>71.324</u>	<u>36.534</u>	<u>78.564</u>	<u>10.559</u>	<u>32.346</u>	<u>246.264</u>
Adições (i)	6.726	23.303	6.356	15.096	39.498	15.689	106.668
Adições provenientes das adquiridas (ii)	2.152	7.649	10.350	11.613	700	1.914	34.378
Adições provenientes da mais-valia (iii)	-	-	-	7.759	-	9.786	17.545
Baixas	(16)	(339)	(6)	-	-	-	(361)
Depreciações	(6.570)	(13.069)	(6.855)	(6.148)	-	-	(32.642)
Transferências (iv)	-	-	-	23.520	(23.520)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>19.229</u>	<u>88.868</u>	<u>46.379</u>	<u>130.404</u>	<u>27.237</u>	<u>59.735</u>	<u>371.852</u>

(i) Das adições do exercício de 2012, as principais foram: a aquisição do imóvel da unidade de Timbiras, de edificações por R\$9.799 e de terrenos por R\$4.697, e a aquisição do imóvel Iraí por R\$10.988, ambas em Belo Horizonte.

(ii) Adição referente à aquisição da Ítala e controladas ocorrida em junho de 2012 e à aquisição da Unirondon em agosto de 2012 (vide nota explicativa nº 34).

(iii) Adição proveniente da alocação do ágio gerado na aquisição da Unirondon ocorrida em agosto de 2012.

(iv) Do saldo de transferências, R\$6.738 referem-se à ativação da unidade Maceió em junho de 2012.

A Companhia arrenda equipamentos de informática por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos médios de 6,68% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. Os equipamentos são de propriedade da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de arrendamentos totalizava R\$5.660 (R\$10.918 em 31 de dezembro de 2011).

17. INTANGÍVEL

Controladora (BR GAAP)

A movimentação do ativo intangível é conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	351.509	59.450
Adições	-	292.437
Amortização	(4.160)	(378)
Transferências (i)	<u>(287.899)</u>	<u>-</u>
	<u>59.450</u>	<u>351.509</u>

- (i) Em dezembro de 2012 houve aumento de capital na controlada EDE, constituído dos saldos que representavam o saldo da participação da Companhia na controlada Unopar.

Consolidado (BR GAAP e IFRS)

	Taxa média anual de amortização - %	31/12/2012			31/12/2011		
		<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Intangível líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Intangível líquido</u>
Softwares	20	47.108	(19.942)	27.166	31.894	(11.836)	20.058
Desenvolvimento de projetos internos	10	88.424	(27.147)	61.277	84.017	(17.025)	66.992
Ágio pago em aquisições	-	2.115.992	(12.521)	2.103.471	1.703.095	(12.521)	1.690.574
Intangíveis identificados em aquisições	20	<u>518.446</u>	<u>(49.577)</u>	<u>468.869</u>	<u>332.946</u>	<u>(13.953)</u>	<u>318.993</u>
		<u>2.769.970</u>	<u>(109.187)</u>	<u>2.660.783</u>	<u>2.151.952</u>	<u>(55.335)</u>	<u>2.096.617</u>

A amortização alocada ao custo dos serviços prestados e às despesas administrativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$53.293 (R\$21.134 em 31 de dezembro de 2011).

A movimentação do intangível é conforme segue:

	Softwares	Desenvolvimento de projetos internos (a)	Ágio pago em aquisições (b)	Intangíveis identificados em aquisições (c)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	16.828	69.053	488.818	22.455	597.154
Adições	7.356	6.199	1.209.363	304.877	1.527.795
Adição proveniente de adquiridas (i)	799	-	-	-	799
Baixas (ii)	-	-	(7.607)	-	(7.607)
Baixa proveniente de venda de controlada (iii)	(5)	(385)	-	-	(390)
Amortização	(4.920)	(7.875)	-	(8.339)	(21.134)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>20.058</u>	<u>66.992</u>	<u>1.690.574</u>	<u>318.993</u>	<u>2.096.617</u>
Adições (i)	8.546	4.825	413.606	185.500	612.477
Adição proveniente de adquiridas (ii)	728	1.382	-	-	2.110
Outras adições (iii)	4.986	-	-	-	4.986
Baixas (iv)	-	-	(709)	-	(709)
Demais baixas (v)	(5)	(1.400)	-	-	(1.405)
Amortizações	(7.147)	(10.522)	-	(35.624)	(53.293)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>27.166</u>	<u>61.277</u>	<u>2.103.471</u>	<u>468.869</u>	<u>2.660.783</u>

- (i) Do saldo adicionado em ágio, R\$444.873 referem-se à aquisição da Ítala ocorrida em junho de 2012; R\$17.282 referem-se à aquisição da Unirondon em agosto de 2012; e de ajustes de ágio, sendo R\$2.591 da controlada Ceama e R\$854 da controlada União, ambas adquiridas em julho de 2011, e R\$135 da controlada Fais, adquirida em novembro de 2011.
- (ii) Adição relativa à aquisição da Ítala e controladas ocorrida em junho de 2012 de R\$2.088 e de R\$22 referente à aquisição da Unirondon (vide nota explicativa nº 34).
- (iii) Adição decorrente da transferência do saldo de software educacional registrado anteriormente na rubrica “estoques”.
- (iv) Referem-se à revisão da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis anteriores ao período de mensuração da combinação de negócios, reconhecidas dentro do período de um ano, ocorrida na controlada Ceama, adquirida em julho de 2011.
- (v) Do saldo total, R\$1.400 referem-se à baixa de licença de uso de software em virtude da rescisão do contrato com a empresa parceira. Com a rescisão, também foi baixado o saldo de obrigações a pagar registrado na rubrica “fornecedores” de R\$1.300 em 31 de dezembro de 2012.

a) Desenvolvimento de projetos internos

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Novas unidades e novos cursos (i)	38.888	44.250
Sistema Universitário Pitágoras (ii)	4.709	5.658
Novos contratos - Rede (iii)	5.603	6.438
Ensino à distância (iv)	9.013	2.876
Avaliação ensino superior (v)	1.464	1.650
Produção de conteúdo (vi)	<u>1.600</u>	<u>6.120</u>
	<u>61.277</u>	<u>66.992</u>

(i) Referem-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de projetos com vida útil estimada de dez anos, conforme segue:

- Abertura das unidades Ipatinga, Betim, São Luís, Poços de Caldas, Uberlândia, Guarapari, Votorantim, Feira de Santana, Contagem e Governador Valadares e expansão dos “campi” de Venda Nova e Cidade Jardim, na cidade de Belo Horizonte.
- Investimentos em lançamento de novos produtos.
- Infraestruturas operacional e tecnológica adicionais, que são requeridas pelo Ministério da Educação - MEC, para garantir a operação do ensino superior.
- Desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI com detalhamento de todos os cursos a serem protocolados no MEC e gastos incorridos no processo de credenciamento de novos “campi” e cursos.

(ii) Refere-se a gastos incorridos com o desenvolvimento de metodologias acadêmicas (guia para os alunos e professores e sistemas de avaliação) e operacional (manual de operações), para garantir o crescimento do Sistema Universitário Pitágoras. A amortização ocorre por um período de até dez anos.

(iii) Referem-se aos gastos incorridos com o desenvolvimento de produtos a serem vendidos pela Rede Católica e Rede Pitágoras. A amortização ocorre por um período de até dez anos.

(iv) Refere-se aos gastos incorridos com a concepção e o desenvolvimento do novo negócio de educação à distância, com o objetivo de oferecer ensino superior semipresencial e via Internet em diversas localidades do País. A amortização ocorre por um período de até dez anos.

(v) Refere-se a gastos incorridos no desenvolvimento de um novo produto e metodologia para avaliação de ensino superior, oferecido pela controlada Inade. A amortização ocorre por um período de até dez anos.

(vi) Refere-se aos gastos incorridos no desenvolvimento de conteúdo pedagógico e de banco de dados educacional. Conforme os projetos são finalizados, a amortização é iniciada por um período de até dois anos.

b) Ágio pago em aquisição de controladas

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos (para aquisições após 1º de janeiro de 2009) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio pago em aquisições de controladas e incorporadas é composto por:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Aesg (i) (v)	-	-	2.209	2.209
Ceama (i) (vi)	-	-	35.879	33.997
Cidade Jardim (ii)	-	-	6.889	6.889
EDE (iii)	59.450	59.450	59.450	59.450
Factef (i) (v)	-	-	5.423	5.423
Fadom (i) (v)	-	-	9.358	9.358
Fais (i) (vii)	-	-	5.857	5.722
Fatec (i)	-	-	305	305
GK (i)	-	-	500	500
Japi (i) (v)	-	-	3.809	3.809
Nabec (i) (v)	-	-	130	130
São Francisco (i) (v)	-	-	928	928
Sesg (i) (v)	-	-	1.819	1.819
Umep (i)	-	-	11.550	11.550
Unilinhares (i)	-	-	10.477	10.477
União (i) (ix)	-	-	6.891	6.037
Uniminas (i) (v)	-	-	20.030	20.030
Unirondon (i) (x)	-	-	23.248	-
Unopar (i)	-	233.268	1.163.607	1.163.607
Ítala (viii)	-	-	386.778	-
Iuni (iv) (v)	-	-	271.197	271.197
Fama Macapá (i)	-	-	8.007	8.007
Unic Primavera Antiga (i)	-	-	3.457	3.457
Unic Primavera Nova (i)	-	-	7.673	7.673
Unic Roo AE (i)	-	-	8.848	8.848
Unic Roo FP (i)	-	-	2.780	2.780
Unic Sinop (i)	-	-	2.666	2.666
Unic Tangará Norte (i)	-	-	8.084	8.084
Unic Tangará Sul (i)	-	-	8.792	8.792
Unime Itabuna (i)	-	-	15.700	15.700
Unime Salvador (i)	-	-	11.130	11.130
	<u>59.450</u>	<u>292.718</u>	<u>2.103.471</u>	<u>1.690.574</u>

- (i) Refere-se ao ágio gerado em combinação de negócios, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura.
- (ii) Refere-se ao ágio registrado no aumento da participação da Pses, no Colégio Pitágoras Cidade Jardim S.A., o qual foi incorporado pela Pses em outubro de 2003. Em janeiro de 2007, esse ágio foi transferido para a Spes, em virtude da aquisição do Colégio

Cidade Jardim.

- (iii) Refere-se a ágio registrado originalmente na Apollo Partners, em virtude da aquisição de cotas da EDE detidas pela Apollo Europe. Na reestruturação societária ocorrida no segundo trimestre de 2007, houve incorporação reversa da Apollo Partners pela EDE e foi constituída provisão na incorporada, no montante da diferença entre o valor do ágio e o benefício fiscal decorrente de sua amortização. Na conclusão do processo de reestruturação, o ágio foi recomposto na controladora. O restante do saldo, de R\$52.259, refere-se ao ágio gerado na troca de ações ocorrida em setembro de 2010, entre os sócios da Companhia e os sócios da Iuni, que tornou a EDE controlada integral da Companhia.
- (iv) Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Iuni, representado pelo pagamento de R\$188.859 em caixa e 4.200.000 “units” da Companhia, deduzidos dos valores atribuídos à carteira de clientes e à mais-valia do imobilizado.
- (v) Controladas incorporadas pela EDE em 1º de agosto de 2010.
- (vi) Em 2012, foi contabilizada a baixa de R\$709 da provisão de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis contra o patrimônio líquido da controlada. O mesmo saldo foi contabilizado ajustando o investimento contra o ágio registrado na EDE.

Em 2012, foram contabilizados R\$2.591 referentes ao tributo diferido sobre os intangíveis identificáveis alocados do ágio. Em contrapartida o mesmo saldo foi contabilizado na rubrica “tributos diferidos” no passivo da controladora EDE.
- (vii) Em 2012, houve a contabilização de R\$135 referente ao tributo diferido sobre os intangíveis identificáveis alocados do ágio. Em contrapartida o mesmo saldo foi contabilizado na rubrica “tributos diferidos” no passivo da controladora EDE.
- (viii) Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Ítala em junho de 2012 (vide nota explicativa nº 34).
- (ix) Em 2012, houve a contabilização de R\$854 referente ao tributo diferido sobre os intangíveis identificáveis alocados do ágio. Em contrapartida o mesmo saldo foi contabilizado na rubrica “tributos diferidos” no passivo da controladora EDE.
- (x) Refere-se ao ágio gerado na aquisição da Unirondon em agosto de 2012.

Testes do ágio para verificação de “impairment”

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), identificadas de acordo com o segmento operacional.

Segue resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Educação básica	59.450	59.450	66.339	66.339
Ensino superior	-	233.268	2.037.132	1.624.235
	<u>59.450</u>	<u>292.718</u>	<u>2.103.471</u>	<u>1.690.574</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os ágios foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (“impairment”) e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios.

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado (rentabilidade futura), determinando às UGCs pela Companhia, para avaliar a recuperação dos ágios, que correspondem a cada uma das unidades. O cálculo considera cinco anos de projeção de fluxo explícito, adicionando um valor de perpetuidade com crescimento de 3,0% ao ano. A taxa de desconto nominal utilizada foi de 12,1% ao ano.

c) Intangíveis identificados em aquisições

Parte dos ágios pagos na aquisição de controladas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

Controladora (BR GAAP)

	31/12/2011				
	Carteira de clientes (i)		Licenças e rede parceira de polos (ii)		Marca (ii)
	Amortização				
	<u>Custo</u>	<u>acumulada</u>	<u>Custo</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
Unopar	22.693	(378)	36.470	6	58.791

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	31/12/2012							
	Carteira de clientes (i)		Não competição (i)		Marca (ii)		Licenças e rede parceira de polos (iii)	
	Amortização		Amortização		Amortização			
	<u>Custo</u>	<u>acumulada</u>	<u>Custo</u>	<u>acumulada</u>	<u>Custo</u>	<u>acumulada</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
Ceama	5.283	(1.585)	204	(61)	-	-	-	3.841
Fais	819	(191)	213	(50)	-	-	-	791
Ítala	44.700	(5.215)	1.300	(152)	7.400	(144)	132.100	179.989
Iuni	28.069	(16.841)	-	-	-	-	-	11.228
União	2.110	(633)	403	(121)	-	-	-	1.759
Unopar	<u>113.464</u>	<u>(24.584)</u>	-	-	<u>31</u>	-	<u>182.350</u>	<u>271.261</u>
	<u>194.445</u>	<u>(49.049)</u>	<u>2.120</u>	<u>(384)</u>	<u>7.431</u>	<u>(144)</u>	<u>314.450</u>	<u>468.869</u>

31/12/2011

31/12/2011							
	Carteira de clientes (i)		Não competição (i)		Marca (ii)		Licenças e rede parceira de polos (iii)
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Custo</u>
							<u>Total</u>
Ceama	5.283	(528)	204	(21)	-	-	-
Fais	819	(27)	213	(7)	-	-	-
Iuni	28.069	(11.228)	-	-	-	-	-
União	2.110	(211)	403	(40)	-	-	-
Unopar	<u>113.464</u>	<u>(1.891)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>182.350</u>
	<u>149.745</u>	<u>(13.885)</u>	<u>820</u>	<u>(68)</u>	<u>31</u>	<u>-</u>	<u>182.350</u>

(i) Ativos intangíveis com vida útil estimada em até cinco anos.

(ii) O saldo proveniente da controlada Ítala possui vida útil estimada de 30 anos. O saldo da controlada Unopar possui vida útil indefinida e sujeito a testes anuais de recuperação.

(iii) Ativos intangíveis de vida útil indefinida e sujeitos a testes anuais de recuperação.

18. FORNECEDORES - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

No consolidado, o saldo da rubrica “fornecedores” é composto por fornecedores de materiais e serviços para os cursos de ensino superior (presencial e EAD), por serviços e produtos necessários à produção e comercialização de livros didáticos do sistema de ensino Pitágoras e dos colégios próprios, e por consultorias voltadas para a área de educação.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

a) Composição do saldo de empréstimos e financiamentos

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Moeda nacional		
BDMG (i)	-	7.883
Capital de giro (ii)	5.972	2.128
Arrendamento mercantil financeiro (iii)	<u>5.660</u>	<u>10.918</u>
	<u>11.632</u>	<u>20.929</u>
Circulante	4.706	10.461
Não circulante	6.926	10.468

(i) Refere-se ao financiamento provido com recursos do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento - FINDES, obtido do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, para expansão das operações de ensino superior. Este contrato foi liquidado antecipadamente em abril de 2012.

(ii) Refere-se a empréstimo para capital de giro. Os encargos financeiros contratados são atrelados à taxa prefixada de CDI acrescido de 3,0% ao ano.

(iii) Determinados equipamentos foram arrendados por meio de contratos irrevogáveis sujeitos

a encargos médios de 6,68% ao ano e variação de encargos de 1,09% a 1,70%, contendo cláusula de opção de compra, cuja duração varia de 24 a 36 meses. Os contratos não requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”.

O valor de R\$1.034 refere-se a arrendamentos financeiros para compra de bens destinados aos polos parceiros, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. O período e o valor a receber dos polos são os mesmos do contrato de arrendamento.

Os saldos não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	-	7.112
2014	3.471	1.777
2015	2.115	715
2016	835	384
2017	379	384
2018	<u>126</u>	<u>96</u>
	<u>6.926</u>	<u>10.468</u>

b) A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	20.929	91.271
Adições	-	43.802
Adições provenientes de adquiridas (i)	17.554	9.422
Juros provisionados	1.376	6.897
Baixa proveniente da venda da controlada Suesc	-	(20)
Amortização de encargos	(3.665)	(7.609)
Amortização de principal (ii)	<u>(24.562)</u>	<u>(122.834)</u>
Saldo final	<u>11.632</u>	<u>20.929</u>

(i) Adição referente aos saldos das controladas adquiridas. Em 2011, das aquisições de Ceama, União, Fais e Unopar. Em 2012, refere-se à aquisição da Ítala e das controladas, ocorrida em junho de 2012, e da Unirondon, ocorrida em agosto de 2012. Esta última teve seu contrato liquidado no trimestre findo em 30 de setembro de 2012, contemplado no montante do item (ii).

(ii) Em 2011, a Companhia utilizou os recursos provenientes da captação da emissão de ações, para liquidação de empréstimos, ficando em aberto somente aqueles que a Administração entendia possuir baixo custo de capital.

c) Arrendamentos mercantis financeiros

As obrigações de arrendamento financeiro são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido ao arrendador no caso de inadimplência.

20. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Passivo circulante	1.698	-
Passivo não circulante	542.111	544.339
Em 15 de dezembro de 2011, foi emitida a Cédula de Crédito Bancário - CCB com juros remuneratórios de 100% do CDI acrescidos de 2,078% ao ano.		

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia, por meio da controlada EDE, realizou sua primeira emissão de debêntures, realizada em série única. Nessa data, foram subscritas 550 debêntures com valor unitário de R\$1.000 cada uma, totalizando R\$550.000.

A data de subscrição das debêntures tem efeito retroativo, segundo condição do empréstimo existente já firmada à CCB substituindo-a, no valor de R\$550.000, emitida em 15 de dezembro de 2011.

As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão em ações.

As debêntures possuem juros de 2,0% ao ano e atualização de 100% do CDI. O prazo de vencimento é de sete anos contados da data de emissão. Após uma carência de 3 anos, os pagamentos ocorrerão anualmente nos anos 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

As debêntures não possuem cláusula de repactuação.

Em junho e dezembro de cada ano, são exigidos os pagamentos dos juros calculados até às datas.

A movimentação dos saldos está a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	544.339	-
Emissão da CCB (substituída pelas debêntures)	-	550.000
Juros provisionados	56.774	2.961
Custo com emissão das debêntures	(530)	(8.674)
Apropriação dos custos	1.263	52
Pagamento de juros	<u>(58.037)</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>543.809</u>	<u>544.339</u>

A abertura do saldo não circulante, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2014	108.422	108.868
2015	108.422	108.868
2016	108.422	108.868
2017	108.422	108.868
2018	<u>108.423</u>	<u>108.867</u>
	<u>542.111</u>	<u>544.339</u>

O contrato requer a manutenção de índices financeiros “covenants”. Os “covenants” são calculados sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que é garantidora da emissão, relativas aos períodos que compreendem 30 de junho e 31 de dezembro de cada exercício social e

são exigidos a partir de 2012 até 2018, data do vencimento final.

Os índices financeiros são:

- Resultado do quociente da divisão da dívida líquida pelo “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” ajustado. O valor resultante não deve ser superior a 4 até 2013, reduzindo até 3 no exercício de 2016.
- Resultado do quociente da divisão do EBITDA ajustado pelo resultado financeiro ajustado. O valor não deve ser inferior a 1,2.

Os índices foram atingidos em 31 de dezembro de 2012.

21. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Salários a pagar	-	-	15.502	13.725
INSS a recolher	-	13	14.698	7.843
FGTS a recolher	5	10	5.746	2.881
IRRF a recolher	12	37	7.481	6.696
Provisão de férias	-	106	29.091	17.304
Encargos sobre provisões	-	35	9.826	5.538
Outros	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>18.194</u>	<u>6.175</u>
	<u>18</u>	<u>202</u>	<u>100.538</u>	<u>60.162</u>

As despesas de salários e encargos estão registradas no resultado do exercício nas rubricas “custo dos serviços prestados”, “despesas com vendas” e “despesas gerais e administrativas”, de acordo com a alocação do empregado.

22. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Recebimentos antecipados por matrículas e mensalidades	<u>36.307</u>	<u>22.582</u>

Os recebimentos antecipados por conta de matrículas e/ou mensalidades do ano ou semestre letivo são apropriados à receita na medida em que os serviços são prestados.

23. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
REFIS IV (a)	37.975	37.535
Parcelamentos do INSS (b)	9.159	3.970
Parcelamentos federais (c)	1.425	-
Parcelamentos municipais (d)	290	3.503
Parcelamentos trabalhistas (e)	<u>1.358</u>	<u>1.569</u>
	<u>50.207</u>	<u>46.577</u>
 Circulante	 7.764	 9.721
Não circulante	42.443	36.856

(a) REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil - RFB instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado "REFIS IV". A opção pelos parcelamentos de que trata essa Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Esse programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Esse parcelamento prevê, entre outros: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pelas controladas da Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa da contribuição social dos valores remanescentes de multa e juros.

As controladas formalizaram a opção pelo parcelamento entre os meses de setembro e novembro de 2009, em até 180 meses, e até esta data vêm cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Alguns parcelamentos ainda não foram consolidados por falta e/ou problemas de sistemas informatizados da RFB e Procuradoria - Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A Companhia obteve decisões judiciais favoráveis determinando a consolidação do parcelamento, e a RFB e PGFN responderam formalmente que irão cumprir tal decisão e que aguardam uma solução sistêmica para que possam realizar a consolidação do REFIS IV.

O programa de parcelamento fiscal abrange os débitos administrados pela RFB e PGFN, inclusive saldo remanescente dos débitos consolidados no REFIS e Parcelamento Excepcional - PAEX, e os parcelamentos previstos no artigo 38 da Lei nº 8.212/91 e no artigo 10º da Lei nº 10.522/02.

Dívida integral constituída	52.136
Adição por aquisição	5.659
Redução de multa, juros e encargos legais conforme adesão ao parcelamento	(11.060)
Amortização com utilização de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no abatimento de multa e juros	(7.990)
Atualizações acumuladas	6.456
Pagamentos realizados	<u>(7.226)</u>
	<u>37.975</u>
 Circulante	 4.045
Não circulante	33.930

O parcelamento está constituído em até 180 parcelas mensais, restando em 31 de dezembro de 2012 142 parcelas a serem pagas. O saldo a pagar do parcelamento é corrigido mensalmente pela variação da taxa Selic, tendo sido pago até dezembro de 2012 o montante de R\$4.073 de parcelas de adesão antes da consolidação.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo por controlada está apresentado a seguir:

<u>Controlada</u>	<u>Tributo parcelado</u>	<u>31/12/2012</u>
Unime LF	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e Cofins	22.466
Iuni	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e Cofins	10.411
Fama Macapá	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e Cofins	2.384
Unic Tangará Sul	INSS, IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e Cofins	470
Unime Itabuna	IRPJ, CSLL, IRRF e Cofins	414
EDE	IRPJ, CSLL, PIS, Cofins e IRRF	389
Unime Salvador	IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e Cofins	282
Fameg	IRPJ, CSLL, PIS, Cofins e IRRF	278
Unic Primavera Nova	INSS, IRRF	243
Unic Primavera Antiga	INSS e IRRF	210
Unic Roo AE	IRPJ, CSLL e IRRF	149
Unic Roo FP	INSS	127
Fais	INSS, IRRF, PIS e Cofins	81
Unic Sinop	INSS, IRPJ, CSLL e IRRF	<u>71</u>
Total circulante e não circulante		<u>37.975</u>

Em 31 de dezembro de 2012, os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento:

2014	3.894
2015	3.894
2016	3.890
2017	3.308
2018	2.780
2019	2.779
2020	2.779
2021	2.779
2022	2.779
2023	2.779
2024	<u>2.269</u>
	<u>33.930</u>

O prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, utilizados para liquidação dos débitos, são de R\$7.990 em 31 de dezembro de 2012.

(b) Parcelamentos do INSS

(i) Unirondon

Parcelamento ordinário de INSS não recolhido de novembro de 2008 a janeiro de 2009, parcelado em outubro de 2012 em 60 parcelas, restando 57 de R\$81, reajustadas pela taxa Selic mensal.

Parcelamento ordinário de INSS não recolhido de julho a agosto de 2011, parcelado em julho de 2012 em 60 parcelas, restando 54 de R\$34, reajustadas pela taxa Selic mensal.

(ii) Iuni

PAEX, artigo 1º: refere-se a saldo remanescente do REFIS do ano 2000. Foi consolidado em 130 parcelas e começou a ser pago em setembro de 2006. Restam 39 parcelas de R\$43, reajustadas mensalmente pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mensal.

(iii) Unime Lauro de Freitas

Parcelamento ordinário de INSS não recolhido dos anos 2008 e 2009. Eram 60 parcelas em setembro de 2009, restando 18 parcelas de R\$39, reajustadas pela taxa Selic mensal.

(iv) Demais controladas

As demais controladas Unime Itabuna, Unic Roo FP, Fama Macapá, e Unime Salvador possuem parcelamentos de competência de débitos dos anos 2008 e 2009, que somados possuem o valor de R\$332 com prazos e parcelas diferenciados entre si.

(c) Parcelamentos federais

Referem-se à dívida ativa federal, IRPJ, CSLL, PIS e Cofins, na aquisição da Ítala. O débito total foi parcelado pelas controladas: Pós Uniasselvi - R\$700, Uniasselvi - R\$428, Pós EAD -

R\$293 e Assevim - R\$4, que somadas possuem saldo de R\$1.425, com prazos e parcelas diferenciados entre si, em 31 de dezembro de 2012.

(d) Parcelamentos municipais

As controladas Assevim, Pós Uniasselvi, Uniasselvi, Unic Roo AE e Unic Roo FP possuem parcelamentos que, somados, totalizam R\$290 com prazos e parcelas diferenciados entre si.

(e) Parcelamentos trabalhistas

Referem-se a auto de infração trabalhista lavrado contra a empresa Iuni, que foi parcelado em 60 parcelas, restando, em 31 de dezembro de 2012, 46 parcelas a liquidar de R\$30, reajustadas pela taxa Selic mensal.

A seguir a movimentação dos parcelamentos fiscais:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo inicial	46.577	52.398
Adição	2.960	3.130
Adição proveniente de adquiridas (i)	8.987	13.558
Ganho de anistia fiscal (ii)	-	(555)
Atualização de juros	4.018	2.138
Pagamentos	(6.493)	(11.395)
Pagamentos de adquiridas (iii)	<u>(5.842)</u>	<u>(12.697)</u>
Saldo final	<u>50.207</u>	<u>46.577</u>

(i) Referem-se aos parcelamentos na aquisição da Ítala e Unirondon.

(ii) Projeção de ganho com a consolidação parcial do REFIS. Valor a ser confirmado após cumprimento de decisão judicial.

(iii) Pagamentos dos parcelamentos da Unirondon realizados em agosto de 2012.

24. CONTAS A PAGAR - AQUISIÇÕES - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante		
Ítala	43.683	-
Ceama	5.138	4.854
Unirondon	2.436	-
Unic Tangará Sul	1.359	1.095
União	700	654
Unopar	641	391.176
Fais	232	219
Uces	-	764
Imóvel Ipatinga	<u>634</u>	<u>2.333</u>
	<u>54.823</u>	<u>401.095</u>
Não circulante		
Ítala	153.843	-

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Unirondon	9.744	-
Ceama	5.138	9.708
União	2.102	2.616
Fais	696	877
Unic Tangará Sul	-	2.046
Imóvel Ipatinga	-	583
	<u>171.523</u>	<u>15.830</u>

Os valores são atualizados pela variação do CDI, IPCA e INPC, dependendo de cada contrato.

A movimentação dos saldos está demonstrada conforme segue:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010	10.650
Adições	1.081.329
Atualização de juros	2.535
Pagamentos	(677.589)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	416.925
Adições	570.519
Atualização de juros	19.786
Pagamentos	(780.884)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>226.346</u>

Das adições do exercício:

- (i) R\$525.000 referem-se à compra da Ítala ocorrida em junho de 2012 (vide nota explicativa nº 34).
- (ii) R\$14.496 referem-se à compra do imóvel do campus de Timbiras, na cidade de Belo Horizonte.
- (iii) R\$10.988 referem-se à compra do terreno Iraí, na cidade de Belo Horizonte.
- (iv) R\$20.035 referem-se à compra da Unirondon em agosto de 2012 (vide nota explicativa nº 34).

As parcelas registradas no passivo não circulante vencerão como segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2013	-	8.357
2014	37.189	5.727
2015	32.051	873
2016	32.051	873
2017	31.119	-
2018	39.113	-
	<u>171.523</u>	<u>15.830</u>

25. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

A Companhia é parte envolvida em ações ou processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos internos e externos. Em decorrência desses processos, foram realizados depósitos judiciais que podem ser recuperados com o julgamento das causas em favor da Companhia e de suas controladas ou utilizados para pagamento no caso de julgamentos desfavoráveis.

	31/12/2012			31/12/2011		
	<u>Desembolso estimado</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Desembolso estimado</u>	<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Saldo líquido</u>
Tributárias (i)	186.362	(5.606)	180.756	168.646	(6.068)	162.578
Trabalhistas (ii)	54.654	(2.809)	51.845	22.407	(2.960)	19.447
Cíveis (iii)	<u>3.558</u>	<u>(231)</u>	<u>3.327</u>	<u>1.566</u>	<u>(188)</u>	<u>1.378</u>
	<u>244.574</u>	<u>(8.646)</u>	<u>235.928</u>	<u>192.619</u>	<u>(9.216)</u>	<u>183.403</u>

- (i) As controladas adquiridas em 2011, Unopar e Ceama, trouxeram um acréscimo nas provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis de R\$159.404. Tais provisões referem-se principalmente a discussões administrativas e judiciais quanto ao ISS incidente sobre as receitas de Graduação - EAD, INSS sobre folha de pagamento e isenção de tributos federais conforme regras do ProUni. Todas possuem garantias dos vendedores previstas no contrato de compra e venda.

As controladas adquiridas em 2012 trouxeram acréscimo de R\$139.185 nas provisões, sendo R\$113.803 na controlada Ítala, R\$25.382 na Unirondon, provenientes de discussões administrativas sobre IRPJ, CSLL, PIS, Cofins e INSS, apontados como prováveis pelos consultores jurídicos.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia figurava no polo passivo de aproximadamente 616 ações de natureza judicial trabalhista, incluindo litígios decorrentes de suas aquisições. As ações em sua maioria referem-se a reclamações trabalhistas provenientes de funcionários administrativos e professores desligados da Companhia, substancialmente requerendo horas extras, reduções de carga horária, intervalo entre jornadas de trabalho, diferenças salariais e reflexos de FGTS, 13º salário, férias e um terço constitucional. Das 616 ações trabalhistas da Companhia, 134 ações são de responsabilidade dos vendedores das Instituições de Educação Superior adquiridas, totalizando uma contingência de perda provável de R\$4.176, que se encontra garantida contratualmente a favor da Companhia, sendo Unopar - R\$1.450, Ítala - R\$2.598, Ceama - R\$125 e Unirondon - R\$3.

As controladas adquiridas em 2012 trouxeram acréscimo de R\$31.037 nas provisões, sendo R\$29.584 na controlada Ítala, R\$1.450 na Unopar e R\$3 na Unirondon.

- (iii) Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia figurava como polo passivo em 2.937 ações judiciais de natureza cível e, de uma maneira geral, os processos cíveis dos quais figuram como réus versam sobre ações ajuizadas por alunos e ex-alunos perante os Juizados Especiais Cíveis e a Justiça Comum, em sua grande maioria com pedidos de indenização por danos morais sob a alegação do impedimento do acesso do aluno nas dependências da Companhia e de suas controladas com base na Lei nº 9.870/99 (Lei de Mensalidades Escolares). Há o entendimento de que as ações cíveis nas quais são réus não são relevantes a ponto de poder

impactar adversamente e de maneira significativa os resultados. Do total de ações judiciais de natureza cível, 2.112 ações, totalizando uma contingência de perda provável de R\$1.695, são de responsabilidade da Companhia e 825 ações, totalizando uma contingência de perda provável de R\$1.890, são de responsabilidade dos vendedores das Instituições de Educação Superior adquiridas pela Companhia e estão garantidas contratualmente a favor da Companhia. Os processos cíveis classificados como perda provável de responsabilidade dos vendedores são assim distribuídos: Ítala - R\$1.261; Unopar - R\$598 e Ceama - R\$31.

As provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis têm como base para registro contábil a totalidade dos valores dos processos classificados como prováveis de acordo com opiniões de consultores jurídicos, e as contingências tributárias são atualizadas utilizando a taxa Selic.

A movimentação das referidas provisões no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	12.496	16.162	1.783	30.441
Adições	850	1.878	348	3.076
Adições provenientes de adquiridas	160.113	9.654	-	169.767
Baixa por venda de controlada	(334)	(209)	(39)	(582)
Demais baixas (i)	(4.110)	-	-	(4.110)
Pagamentos	<u>(369)</u>	<u>(5.078)</u>	<u>(526)</u>	<u>(5.973)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	168.646	22.407	1.566	192.619
Adições	2.057	4.041	189	6.287
Adições provenientes de adquiridas	138.676	27.230	-	165.906
Demais baixas (ii)	(709)	-	-	(709)
Adições (baixas) contra garantias (iii)	(122.308)	3.653	1.890	(116.765)
Pagamentos	<u>-</u>	<u>(2.677)</u>	<u>(87)</u>	<u>(2.764)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	186.362	54.654	3.558	244.574
Saldos de depósitos judiciais	<u>(5.606)</u>	<u>(2.809)</u>	<u>(231)</u>	<u>(8.646)</u>
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2012	<u>180.756</u>	<u>51.845</u>	<u>3.327</u>	<u>235.928</u>

- (i) Em setembro de 2011, foi realizada a venda do imóvel situado na cidade do Rio de Janeiro e o passivo tributário relativo à discussão de Imposto Predial Territorial e Urbano - IPTU foi transferido ao comprador no ato da venda.
- (ii) Em 2012, foi realizada a baixa de R\$709 da provisão tributária contra o patrimônio líquido da controlada Ceama. O mesmo saldo foi ajustado no investimento contra o ágio registrado na EDE, controladora da Ceama. A movimentação ocorreu dentro do período de mensuração.
- (iii) A movimentação refere-se à compensação entre as garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis registradas no ativo não circulante e a respectiva provisão dos processos judiciais. Conforme vence o prazo prescricional da provisão, o saldo é compensado com o saldo da garantia.

Em 31 de dezembro de 2012, houve a reversão de R\$122.831, sendo o montante de R\$100.109 referente a ISS da controlada Unopar, que foi pago pelo vendedor, R\$15.836 da controlada Ítala por vencimento do prazo prescricional, R\$6.228 da controlada Unirondon por pagamentos de dívida de INSS garantido pelo vendedor e R\$658 da controlada Iuni por vencimento do prazo prescricional.

Garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

No contrato de compra e venda das controladas, Ceama, Ítala, Iuni, Unirondon e Unopar, há garantias atreladas aos processos judiciais em discussão em que a Companhia figura no polo passivo da ação. No caso de julgamentos desfavoráveis, esses valores poderão ser levantados juntos aos vendedores sem causar ônus à Companhia.

O demonstrativo das garantias citadas é como segue:

<u>Controlada</u>	<u>Natureza</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ítala	Cíveis, trabalhistas e tributárias	129.025	-
Unirondon	Cíveis, trabalhistas e tributárias	18.680	-
Unopar	Cíveis, trabalhistas e tributárias	9.011	107.073
Iuni	Trabalhistas e tributárias	2.226	2.884
Ceama	Cíveis e trabalhistas	<u>156</u>	<u>-</u>
		<u>159.098</u>	<u>109.957</u>

Na aquisição do Iuni, no contrato de compra e venda de 12 de março de 2010, há uma cláusula que prevê a importância de R\$106.000 como garantia para as perdas tributárias, classificadas por nossos consultores jurídicos como remotas decorrentes do período em que a Iuni gozou da condição de entidade filantrópica.

Perdas possíveis

A Companhia é ré em ações de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, portanto, sem constituição de provisão, a composição é conforme segue:

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	69.743	5.798	2.470	78.011
Adições	6.015	1.509	2.386	9.910
Baixas	<u>(6.000)</u>	<u>(485)</u>	<u>(355)</u>	<u>(6.840)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	69.758	6.822	4.501	81.081
Adições	98.125	5.408	13.275	116.808
Baixas	<u>-</u>	<u>(4.489)</u>	<u>(509)</u>	<u>(4.998)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>167.883</u>	<u>7.741</u>	<u>17.267</u>	<u>192.891</u>

Do total de processos administrativos e/ou judiciais tributários, 10 processos estão vinculados ao período em que a controlada Iuni gozou da condição de entidade filantrópica. Tais processos foram originados de autuações fiscais lavradas pela RFB, em razão do não recolhimento de contribuições previdenciárias (cota patronal, SAT/RAT e terceiros) para o INSS, bem como de outros tributos (Cofins e PIS), o montante de R\$150.776 foi avaliado pelos consultores jurídicos da Companhia como perda possível.

Devido ao volume de processos classificados com perda possível, a Companhia provisionou o

R\$6.404 a título de honorários advocatícios e percentuais por êxito nas referidas ações.

26. DEMAIS CONTAS A PAGAR - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Circulante		
Repasse da carteira de alunos - aquisição da Ítala (i)	13.256	-
Repasse da carteira de alunos - aquisição da Iuni (ii)	6.501	1.341
Parcela caução - aquisição da Uniminas (iii)	3.047	-
Depósitos não identificados	<u>102</u>	<u>114</u>
	<u>22.906</u>	<u>1.455</u>
Não circulante		
Parcela caução - aquisição da Uniminas (iii)	-	3.341
Venda da controlada Suesc (iv)	<u>2.270</u>	<u>2.014</u>
	<u>2.270</u>	<u>5.355</u>

- (i) Conforme o previsto em contrato de compra da Ítala, toda a carteira de alunos com títulos vencidos até 28 de maio de 2012 (data de assinatura do contrato) cobrada e recebida pela Companhia deve ser repassada ao ex-controlador da Ítala. Sobre essa operação de cobrança a Companhia tem o direito a 10% dos valores recebidos.
- (ii) Conforme o previsto em contrato de compra e venda da Iuni, ocorrida em março de 2010, toda a carteira de alunos acima de 180 dias naquela data é cobrada, recebida pela Companhia e repassada ao ex-controlador da Iuni.
- (iii) Refere-se a obrigações relacionadas à aquisição da Uniminas previstas no contrato de compra e venda. O saldo é composto de créditos estudantis recebidos dos alunos e retidos a título de caução. O vencimento ocorrerá em 2013.
- (iv) O valor a receber pela venda da controlada Suesc, ocorrida em abril de 2011, está vinculado ao saldo remanescente do passivo fiscal do ISS, conforme decisão final a ser proferida no âmbito do processo de execução fiscal ajuizado pelo Município do Rio de Janeiro. Se favorável, a Companhia tem o direito de receber do comprador o valor acordado entre as partes e, com isso, poderá reverter o passivo. Em caso desfavorável, a Companhia pagará a diferença entre o preço corrigido definido em contrato e o valor da causa. O valor a receber está registrado na rubrica “Demais contas a receber” do ativo não circulante. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.270 e é corrigido mensalmente por 1%.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia totaliza, em 31 de dezembro de 2012, R\$1.867.228 (R\$1.254.061 em 31 de dezembro de 2011) e é composto por 134.351.938 ações ordinárias, conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	873.831
Aumento de capital em junho	356.125
Aumento de capital em agosto	<u>24.105</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.254.061
Aumento de capital em março	597.040
Aumento de capital em setembro	16.127
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.867.228</u>

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Em 31 de dezembro de 2010	<u>234.113.715</u>	<u>232.125.907</u>
Total de ações ex-tesouraria	232.882.479	224.738.491
Total de ações em tesouraria	1.231.236	7.387.416
Aumento de capital em junho (i)	18.500.000	111.000.000
Aumento de capital em agosto (ii)	1.252.200	7.513.200
Em 31 de dezembro de 2011	<u>253.865.915</u>	<u>350.639.107</u>
Total de ações ex-tesouraria	252.543.379	342.703.891
Total de ações em tesouraria	1.322.536	7.935.216
Aumento de capital em março (iii)	101.224.007	137.592.326
Aumento de capital em setembro (iv)	13.877.460	83.264.760
Conversão de ações (v)	(234.615.444)	(220.857.086)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>134.351.938</u>	<u>-</u>
Total de ações ex-tesouraria	133.965.939	-
Total de ações em tesouraria	385.999	-

- (i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de junho de 2011, foi aprovada a subscrição da totalidade das 18.500.000 ações ordinárias e 111.000.000 de ações preferenciais, perfazendo o total de 129.500.000 ações, distribuídas publicamente na forma de 18.500.000 “units”, ao preço de R\$19,25 por “unit” no contexto da Oferta Pública de Ações, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de junho de 2011. Em 5 de julho de 2011, houve a integralização dos recursos provenientes da captação, no valor bruto de R\$356.125.
- (ii) No dia 2 de agosto de 2011, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração, a emissão para subscrição pública de 1.252.200 ações ordinárias e 7.513.200 ações preferenciais, distribuídas publicamente na forma de 1.252.200 “units” ao preço de R\$19,25, nos termos da Instrução CVM nº 400, e ao exercício da Opção de Lote Suplementar. A integralização dos recursos ocorreu em 5 de agosto de 2011, no valor bruto de R\$24.105.

- (iii) Em 5 de março de 2012, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o aumento de capital social de R\$597.040 mediante a emissão de 101.224.007 ações ordinárias e 137.592.326 ações preferenciais, as quais foram integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, por R\$2,50 por ação, equivalente a R\$17,50 por “unit”.
- (iv) Em 28 de setembro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia deliberou o aumento de capital social de R\$16.127 mediante a emissão de 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais. A emissão é parte do pagamento pela aquisição da controlada Unopar realizada em 15 de dezembro de 2011 e previsto no contrato de compra e venda.

O aumento de capital ocorreu contra a rubrica “instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios” e o valor corresponde ao valor patrimonial contábil das “holdings” detentoras dos 20% do capital social da Unopar.

- (v) Até 4 de dezembro de 2012, era permitido aos acionistas da Companhia a conversão de ações ordinárias em preferenciais para que os grupos de ações negociáveis estabelecessem a proporção de “unit” (1 ação ordinária e 6 ações preferenciais).

No dia 5 de dezembro de 2012, a Companhia concluiu a migração para o segmento especial de listagem da BM&FBovespa, denominado Novo Mercado. Nesse segmento somente são permitidas a negociação de ações ordinárias, dessa forma, todos os acionistas da Companhia tiveram de realizar o grupamento das ações, transformando todas as ações preferenciais em ordinárias e a cada 7 ações ordinárias em 1 nova ação ordinária do Novo Mercado.

A migração modificou a distribuição das ações do antigo bloco de controle, que possuía mais ações ordinárias do que preferenciais e não respeitava o agrupamento por “unit”. Esse agrupamento por “unit” era seguido somente para as negociações ocorridas no mercado, e que a migração também extinguiu como forma de negociação.

b) Capital autorizado

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 250.000.000 de ações ordinárias.

Em 5 de março de 2013, por meio de Assembleia Geral realizada, o limite de capital autorizado da Companhia passa a ser de 500.000.000 de ações ordinárias.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis; de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, aprovar a emissão de ações em decorrência de outorgas de opções de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; e aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

c) Reservas de capital

Custos de emissão de ações

Os custos incorridos para o aumento de capital por meio de emissão de ações pela Companhia foram de R\$22.555 em junho de 2011 e de R\$5.091 em março de 2012.

Reservas de capital

São compostas pelo plano de opção de ações, pelo custo de emissão das ações e pelos resultados das reservas de ações em tesouraria conforme abaixo:

Plano de opção de ações

A provisão do valor justo das opções de ações concedidas, conforme plano de outorga aprovado em 23 de outubro de 2009 é reconhecida como despesa. A contrapartida é registrada contra o patrimônio líquido da Companhia.

Desde a aprovação do plano foram concedidas 5.241.000, canceladas 930.000 e exercidas 1.600.000 opções de ações pelos beneficiários.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram exercidas 1.287.236 opções em contrapartida à alienação de 936.537 ações em tesouraria. Foram reconhecidos R\$7.109 de prêmio de valor justo de opções (R\$4.150 em 31 de dezembro de 2011) e o valor de R\$7.199 de opções exercidas (R\$562 em 31 de dezembro de 2011).

O saldo da rubrica em 31 de dezembro de 2012 é de R\$6.817 (R\$6.907 em 31 de dezembro de 2011).

Ganho ou perda pela venda de ações em tesouraria

O ganho líquido pela alienação das ações em tesouraria no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$4.698. O saldo da rubrica em 31 de dezembro de 2012, que considera o saldo de anos anteriores, é de ganho de R\$4.542 (perda de R\$156 em 31 de dezembro de 2011).

d) Ações em tesouraria

A recompra das ações está em conformidade com o artigo 157, § 4º, da Lei nº 6.404/76, as Instruções Normativas da CVM nº 10/80 e nº 390/03 e as demais legislações pertinentes.

	Quantidade de ações	
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>
Em 31 de dezembro de 2010	1.231.236	7.387.416
Aquisição de ações (i)	361.300	2.167.800
Alienação de ações (ii)	<u>(270.000)</u>	<u>(1.620.000)</u>
Em 31 de dezembro de 2011	1.322.536	7.935.216
Alienação de ações (iii)	(936.537)	(5.619.222)
Conversão de ações (iv)	<u>-</u>	<u>(2.315.994)</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>385.999</u>	<u>-</u>

- (i) Em 3 de fevereiro de 2011, a EDE adquiriu 361.300 “units”, representadas por 361.300 ações ordinárias e 2.167.800 ações preferenciais, ao custo de R\$4.704.
 - (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram alienadas 270.000 “units”, representadas por 270.000 ações ordinárias e 1.620.000 ações preferenciais, ao custo de R\$5.332, todas referentes ao exercício de opções de ações outorgadas. Na alienação foi reconhecida perda de R\$111.
 - (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram alienadas 936.537 ações ordinárias ao custo de R\$17.075, todas referentes ao exercício de opções de ações outorgadas. Na alienação foi reconhecido ganho de R\$4.698.
 - (iv) Em 5 de dezembro de 2012, a Companhia migrou para o segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Dessa forma, as ações da Companhia foram grupadas, transformando todas as ações preferenciais em ordinárias, e a cada 7 ações ordinárias em 1 nova ação ordinária. Como as ações em tesouraria já possuíam o grupamento de 1 ação ordinária para 6 ações preferenciais, a quantidade de ações ordinárias continuou a mesma, sendo canceladas as ações preferenciais.
- e) Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios

O saldo constituído de R\$243.873 é o resultado da aquisição da controlada Unopar.

Em 15 de dezembro de 2011, 20% do pagamento da aquisição, conforme o contrato de compra e venda, deveria ser realizado por meio de ações de emissão da Companhia.

O valor de 20% do preço de aquisição foi de R\$260.000, constituído de 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais.

Em 28 de setembro de 2012, ocorreu a emissão das 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais no valor de R\$16.127, correspondente ao valor patrimonial contábil das “holdings” detentoras dos 20% do capital social da Unopar.

f) Reserva legal

Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

g) Dividendos propostos

A Administração da Companhia levará como proposta para Assembleia Geral o pagamento de R\$60.000 a título de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Do valor proposto, R\$44.803, registrado no passivo circulante, referem-se ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro do exercício após a compensação do prejuízo acumulado de exercícios anteriores e a constituição da reserva legal. O excedente, no valor de R\$15.197, está registrado no patrimônio líquido, como “reserva para dividendos adicionais propostos”, conforme segue:

Lucro líquido do exercício	202.044
Compensação de prejuízos acumulados	(13.399)
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(9.432)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>179.213</u>
Dividendos mínimos - 25%	(44.803)
Dividendos adicionais propostos	<u>(15.197)</u>
Total dos dividendos	<u>(60.000)</u>

O valor dos dividendos por ação, se considerarmos a quantidade de ações ordinárias em circulação em 31 de dezembro de 2012 (ações emitidas excluindo a posição em tesouraria) é de R\$0,447875. Considerando em 31 de dezembro de 2012, os efeitos retrospectivos da alienação de ações em tesouraria ocorrida em janeiro de 2013, de 23.857 ações ordinárias, e o desdobramento das ações (vide nota explicativa nº 38) ocorrido em março de 2013, o valor por ação é de R\$0,223898.

h) Reserva de lucros - Constituição de reserva para investimentos

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, após a compensação do prejuízo acumulado, a constituição de reserva legal e a proposição de dividendos, no valor de R\$119.213, foi transferido para a rubrica “Reserva para investimentos”, conforme artigo 42 do Estatuto Social, e será utilizada para investimento na própria Companhia, a fim de financiar a expansão de suas atividades, seja ela orgânica ou por meio de aquisições no mercado, cumprindo o plano de negócios de crescimento previsto pela Administração para o exercício de 2013.

28. PLANO DE REMUNERAÇÃO DE OPÇÃO DE AÇÕES

Conforme o plano de opções de ações da Companhia, aprovado em 23 de outubro de 2009, com o objetivo de reter os executivos da Companhia e obter um alinhamento dos interesses desses executivos aos interesses dos acionistas e da Companhia, são elegíveis para participar do plano os conselheiros independentes, diretores estatutários e executivos seniores da Companhia.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de 5 milhões de ações ordinárias (à época, 5 milhões de ações ordinárias e 30 milhões de ações preferenciais, correspondentes a 5 milhões de “units”), equivalentes a 8,01% do capital social da Companhia na data da aprovação.

O Conselho de Administração fixou os termos e as condições de cada opção em contrato de outorga de compra de ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (“constructive obligation”) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

O preço de exercício será pago pelos beneficiários à Companhia à vista, no ato da aquisição ou da subscrição ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada contrato. Os preços definidos nos contratos de outorga, até 31 de dezembro de 2012, variam de R\$16,00 a R\$24,67.

A definição dessa troca de opções por ações ordinárias é dada pelo produto da diferença, entre o preço de exercício e o preço médio da ação, e a quantidade de opções, dividida pelo preço médio da ação no mercado na data de exercício:

$$\text{Quantidade de ações} = \frac{(\text{preço médio} - \text{preço exercício}) \times \text{quantidade de opções}}{\text{preço médio}}$$

Por meio dessa forma de recebimento das ações, o beneficiário do plano não realiza o pagamento das opções e em contraparte troca suas opções por uma quantidade menor de ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, das 1.287.236 opções exercidas, 727.236 opções foram realizadas por meio do recebimento do pagamento e 560.000 opções realizadas por meio de troca pelo preço médio, equivalentes a 209.301 ações ordinárias, sem recebimento de pagamento.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão apresentados a seguir:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Preço médio de exercício por ação em R\$	Opções	Preço médio de exercício por ação em R\$	Opções
Saldo inicial	18,35	2.172.236	18,13	2.597.236
Concedidas (i)	25,03	1.896.000	19,20	245.000
Canceladas (ii)	20,51	(70.000)	18,23	(400.000)
Exercidas (iii)	20,28	(1.287.236)	17,17	(270.000)
Saldo final		<u>2.711.000</u>		<u>2.172.236</u>

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram concedidas 1.896.000 opções, representadas por 1.896.000 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$25,03 por ação.

(ii) Todas as opções canceladas são de beneficiários que se desligaram da Companhia, deixando de cumprir o requisito para a aquisição do direito ao exercício da opção.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram canceladas 70.000 opções, representadas por 70.000 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$20,51 por ação.

(iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram exercidas 1.287.236 opções, representadas por 1.287.236 ações ordinárias, pelo preço médio de R\$20,28 por ação.

O saldo de opções passíveis de outorgas em 31 de dezembro de 2012 é de 689.000 opções (2.515.000 opções em 31 de dezembro de 2011).

As opções de compra de ações outorgadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Data de vencimento no exercício de	Opções			
	Preço médio de exercício por opção em R\$	Quantidade de opções	Valor justo médio da opção em R\$	R\$
2011	19,05	12.000	2,59	31.048
2012	17,84	101.000	5,51	556.356
2013	20,10	876.333	8,51	7.461.030
2014	22,78	396.333	6,89	2.730.182
2015	23,34	924.667	9,09	8.405.700
2016	29,87	400.667	8,55	3.425.886
		<u>2.711.000</u>		<u>22.610.202</u>

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, determinado com base no modelo de avaliação “Black-Scholes”, foi de R\$9,38 por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram o preço médio ponderado de exercício de R\$24,67 por opção, o preço da ação na data de outorga de R\$29,17 por ação, a volatilidade média utilizada de 30,9%, a vida média esperada da opção correspondente a 1.017 dias, a taxa de juros média anual sem risco de 9,14% e “dividend yield” de 3,39%.

A volatilidade foi mensurada pelo desvio-padrão de retornos de ações continuamente compostos com base na análise estatística dos preços diários das ações, utilizando-se de períodos intercalares e/ou contínuos históricos que a Administração entende ser o mais apropriado para a mensuração da volatilidade esperada.

O valor justo das opções de ações concedidas é reconhecido como despesa. A contrapartida é registrada a crédito na rubrica “Reservas de capital - outorga de opções de ações”, no patrimônio líquido. O montante reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$7.109 (R\$4.150 em 31 de dezembro de 2011).

O contrato de opções com vencimento mais longo tem como última data de “vesting” 1º de novembro de 2016 e poderá ser exercido em até 36 meses após essa data.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia utiliza 3 segmentos operacionais para diferenciação de seus produtos oferecidos: ensino superior presencial, ensino superior à distância - EAD e educação básica.

	31/12/2012				
	<u>Ensino superior presencial</u>	<u>Ensino superior EAD</u>	<u>Educação básica</u>	<u>Parcela não alocada</u>	<u>Total</u>
Receita líquida	870.570	386.891	148.105	-	1.405.566
Custo das vendas e dos serviços prestados	<u>(587.827)</u>	<u>(99.712)</u>	<u>(75.302)</u>	-	<u>(762.841)</u>
Lucro bruto	282.743	287.179	72.803	-	642.725
Despesas operacionais:					
Despesas com vendas	(76.292)	(41.504)	(20.715)	-	(138.511)
Despesas gerais e administrativas	(111.497)	(30.035)	(15.550)	-	(157.082)
Despesas corporativas	-	-	-	(103.727)	(103.727)
Outras despesas, líquidas	-	-	-	(349)	(349)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>94.954</u>	<u>215.640</u>	<u>36.538</u>	<u>(104.076)</u>	<u>243.056</u>
Ativos	2.155.286	1.462.911	84.054	81.669	3.783.920
Passivos circulante e não circulante	1.254.844	198.582	23.692	60.598	1.537.716
	31/12/2011				
	<u>Ensino superior presencial</u>	<u>Ensino superior EAD</u>	<u>Educação básica</u>	<u>Parcela não alocada</u>	<u>Total</u>
Receita líquida	581.845	16.029	136.679	-	734.553
Custo das vendas e dos serviços prestados	<u>(416.533)</u>	<u>(2.801)</u>	<u>(74.120)</u>	-	<u>(493.454)</u>
Lucro bruto	165.312	13.228	62.559	-	241.099
Despesas operacionais:					
Despesas com vendas	(55.977)	(1.510)	(14.456)	-	(71.943)
Despesas gerais e administrativas	(53.822)	(4.435)	(12.652)	-	(70.909)
Despesas corporativas	-	-	-	(56.381)	(56.381)
Outras despesas, líquidas	-	-	-	(881)	(881)
Resultado na venda de investimento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.221)</u>	<u>(3.221)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>55.513</u>	<u>7.283</u>	<u>35.451</u>	<u>(60.483)</u>	<u>37.764</u>
Ativos	2.620.439	144.609	101.459	99.965	2.966.472
Passivos circulante e não circulante	1.269.058	188.072	20.358	13.653	1.491.141

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada nas demonstrações do resultado.

30. COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

Ensino superior presencial

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita bruta	1.090.634	713.216
Deduções da receita bruta		
Impostos	(24.292)	(15.003)
ProUni	(93.487)	(71.885)
Descontos	<u>(102.285)</u>	<u>(44.483)</u>
Receita líquida	<u>870.570</u>	<u>581.845</u>

Ensino superior EAD

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita bruta	466.803	24.006
Deduções da receita bruta		
Impostos	(8.688)	(475)
ProUni	(36.727)	(1.851)
Descontos	<u>(34.497)</u>	<u>(5.651)</u>
Receita líquida	<u>386.891</u>	<u>16.029</u>

Educação básica

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receita bruta	157.996	142.752
Deduções da receita bruta		
Impostos	(5.072)	(3.895)
Devoluções	<u>(4.819)</u>	<u>(2.178)</u>
Receita líquida	<u>148.105</u>	<u>136.679</u>

31. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Salários e encargos sociais	(8.273)	(5.206)	(614.229)	(375.400)
Depreciação e amortização	(4.160)	(378)	(85.935)	(44.407)
Aluguel e condomínio	-	-	(84.047)	(62.967)
Utilidades, limpeza e segurança	(104)	-	(67.169)	(38.414)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(66.083)	(31.314)
Publicidade e propaganda	(349)	-	(58.772)	(26.404)
Serviços de terceiros	(1.361)	(1.828)	(47.198)	(45.184)
Custo dos produtos vendidos	-	-	(25.896)	(23.528)
Jurídico e provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(6.420)	-	(22.223)	(4.526)
Viagens	(5)	-	(18.747)	(10.752)
Taxas e contribuições	(193)	(206)	(7.031)	(5.281)
Direitos autorais	-	-	(5.561)	(5.753)
Outros custos e despesas	<u>(92)</u>	<u>(29)</u>	<u>(59.619)</u>	<u>(22.859)</u>
	<u>(20.957)</u>	<u>(7.647)</u>	<u>(1.162.510)</u>	<u>(696.789)</u>
Custo das vendas e serviços	-	-	(762.841)	(493.454)
Despesas com vendas	-	-	(138.511)	(71.943)
Despesas gerais e administrativas	(20.957)	(7.647)	(260.809)	(127.290)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	-	(349)	(881)
Resultado na venda de investimento	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.221)</u>
	<u>(20.957)</u>	<u>(7.647)</u>	<u>(1.162.510)</u>	<u>(696.789)</u>

32. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	894	2.871
Descontos obtidos	<u>-</u>	<u>4</u>
	<u>894</u>	<u>2.875</u>
Despesas financeiras		
Juros e mora fiscal	(1)	-
Juros e mora comercial	(86)	(28)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	<u>-</u>	<u>(23)</u>
	<u>(87)</u>	<u>(51)</u>
Resultado financeiro	<u>807</u>	<u>2.824</u>
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre mensalidades	28.259	14.658
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	29.514	13.775
Descontos obtidos	115	893
Redução de encargos - parcelamento fiscal	123	555
Outras	<u>2.697</u>	<u>1.147</u>
	<u>60.708</u>	<u>31.028</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.376)	(6.845)
Juros e custos das debêntures	(58.037)	(3.013)
Juros e mora fiscal	(4.205)	(7.423)
Atualização de obrigações por aquisições de controladas	(19.786)	(2.535)
Tarifas bancárias e de cobrança	(6.027)	(2.752)
Juros e mora comercial	(3.457)	(1.247)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(199)	(569)
Outras	<u>(2.056)</u>	<u>(1.728)</u>
	<u>(95.143)</u>	<u>(26.112)</u>
Resultado financeiro	<u>(34.435)</u>	<u>4.916</u>

33. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	202.044	37.375
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares)	<u>234.279</u>	<u>150.255</u>
Lucro básico por ação ordinária	<u>0,86</u>	<u>0,25</u>

A quantidade média de ações considerou de maneira retrospectiva o efeito do desdobramento de ações ocorrido em março de 2013, conforme nota explicativa nº 38.

b) Diluído

Para efeitos de diluição, a Companhia possui plano de opção de ações outorgadas aos beneficiários, em que é permitida a emissão de ações no momento de exercício da opção. Em 31 de dezembro de 2012, existem ações com potencial de diluição, uma vez que seu preço médio de exercício é inferior ao preço médio da ação da Companhia no mercado.

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	202.044	37.375
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em milhares)	234.279	150.255
Potencial incremento de ações ordinárias (em milhares)	<u>113</u>	<u>-</u>
Lucro diluído por ação ordinária	<u>0,86</u>	<u>0,25</u>

34. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Aquisição da Ítala

Em 28 de maio de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da Ítala Participações Ltda. ("Ítala") - controladora do Grupo Uniasselvi - pelo valor de R\$525.000, pagos da seguinte forma:

- (i) R\$335.000 à vista.
- (ii) R\$175.000 a serem pagos em 6 parcelas anuais e sucessivas a partir de junho de 2013 corrigidos pela variação do CDI.
- (iii) R\$15.000 de preço variável a ser calculado com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, com pagamento previsto para junho de 2013.

A Ítala é controladora direta de Assevim, Fameg, Famelages, Famesul, Pós EAD, Pós Uniasselvi e Uniasselvi. A Uniasselvi é a controladora da LDV.

O ágio de R\$572.278, gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio da adquirida, foi avaliado e tem a seguinte alocação:

- (i) R\$386.778 de rentabilidade futura com vida útil indefinida.
- (ii) R\$132.100 de licenças e rede parceira de polos com vida útil indefinida.
- (iii) R\$44.700 de carteira de clientes com vida útil de 5 anos.
- (iv) R\$7.400 de marca para funcionamento com vida útil de 30 anos.
- (v) R\$1.300 de acordo de não competição com vida útil de 5 anos.

A movimentação da aquisição é a seguinte:

Patrimônio líquido	19.930
Ajustes ao balanço de abertura	<u>(4.138)</u>
Patrimônio líquido ajustado	15.792
 Preço da aquisição	 525.000
 Ágio inicial	 509.208
Tributo diferido sobre a alocação dos intangíveis	<u>63.070</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>572.278</u>

O balanço patrimonial consolidado em 1º de junho de 2012 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

	Em <u>01/06/2012</u>	Ajustes pós-balanço <u>de abertura</u>	Em 01/06/2012 <u>pós-ajustes</u>
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	69.590		69.590
Contas a receber	9.327	(1.435)	7.892
Adiantamentos	1.528	-	1.528
Tributos a recuperar	830	(579)	251
Despesas antecipadas	184	-	184
Garantia de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	141.030	-	141.030
Imobilizado	26.219	-	26.219
Intangível	2.087	-	2.087
Passivo			
Fornecedores	(10.633)	(780)	(11.413)
Empréstimos e financiamentos	(4.270)	(1.344)	(5.614)
Salários e encargos	(12.231)	-	(12.231)
Obrigações tributárias	(1.773)	-	(1.773)

	Em <u>01/06/2012</u>	Ajustes pós-balanço <u>de abertura</u>	Em 01/06/2012 <u>pós-ajustes</u>
Contas a pagar - caixa retido	(6.155)	-	(6.155)
Parcelamento de tributos	(2.223)	-	(2.223)
Dividendos a pagar	(52.550)	-	(52.550)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	<u>(141.030)</u>	<u>-</u>	<u>(141.030)</u>
Patrimônio líquido adquirido	<u>19.930</u>	<u>(4.138)</u>	<u>15.792</u>

A receita líquida incluída na demonstração consolidada do resultado do exercício de 2012 foi de R\$118.082 e o lucro líquido foi de R\$15.152. Se a controlada fosse consolidada durante os 12 meses do exercício o efeito líquido seria de R\$48.759.

Aquisição da Unirondon

Em 2 de agosto de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da União Educacional Cândido Rondon Ltda. ("Unirondon") pelo valor de R\$20.035, pagos da seguinte forma:

- (i) R\$8.210 à vista.
- (ii) R\$11.825 a serem pagos em 5 parcelas anuais e sucessivas a partir de agosto de 2012 corrigidos pela variação do IPCA.
- (iii) Havia um valor de R\$1.860 retido para compensação de dívida líquida a ser apurada, com pagamento previsto para novembro de 2012 e corrigido pela variação do IPCA. O valor foi descontado do preço.

O ágio de R\$40.793, gerado pela diferença entre o valor pago e o patrimônio da adquirida, foi avaliada de maneira preliminar e alocado conforme orientação do CPC 15 - Combinação de negócios, sendo:

- (i) R\$23.248 como rentabilidade futura com vida útil indefinida.
- (ii) R\$9.786 como mais-valia do imobilizado, em terrenos, sem vida útil definida.
- (iii) R\$7.759 como mais-valia do imobilizado, em edificações, com vida útil definida em 25 anos.

Como se trata de uma avaliação preliminar, o ágio ainda poderá sofrer alterações em sua alocação dentro do período de mensuração.

A movimentação da aquisição é conforme segue:

Passivo a descoberto	(16.205)
Ajustes ao balanço de abertura	<u>1.413</u>
Passivo a descoberto ajustado	<u>(14.792)</u>
Preço da aquisição	21.895
Ajuste de preço	<u>(1.860)</u>
Preço ajustado	<u>20.035</u>
Ágio inicial	34.827
Tributo diferido sobre a alocação do ágio	<u>5.966</u>
Ágio gerado na aquisição	<u>40.793</u>

O balanço patrimonial (passivo a descoberto) em 1º de agosto de 2012 foi considerado como o balanço de abertura, como segue:

	Em <u>01/08/2012</u>	Ajustes pós-balanço <u>de abertura</u>	Em 01/08/2012 <u>pós-ajustes</u>
Ativo:			
Caixa e equivalentes de caixa	58	-	58
Contas a receber	843	-	843
Garantia de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	24.876	-	24.876
Imobilizado	8.159	-	8.159
Intangível	23	-	23
Passivo:			
Empréstimos e financiamentos	(11.940)	-	(11.940)
Fornecedores	(3.606)	1.413	(2.193)
Obrigações tributárias	(178)	-	(178)
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.263)	-	(2.263)
Adiantamentos de clientes	(27)	-	(27)
Parcelamentos fiscais	(6.764)	-	(6.764)
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	<u>(25.386)</u>	<u>-</u>	<u>(25.386)</u>
Passivo a descoberto adquirido	<u>(16.205)</u>	<u>1.413</u>	<u>(14.792)</u>

Considerando que as informações anteriormente mencionadas se referem a estimativa preliminar do valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos, podem ocorrer alterações em relação ao cálculo final durante o período de um ano após a data de aquisição.

A receita líquida incluída na demonstração consolidada do resultado do exercício de 2012 foi de R\$10.725 e o lucro líquido foi de R\$646. Se a controlada fosse consolidada durante os 12 meses do exercício, o efeito líquido seria de R\$3.309.

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações da Companhia e de suas controladas com partes relacionadas são os seguintes:

a) Crédito e débito com partes relacionadas (controladora)

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Caixa (i)	-	1.884
Adiantamento para futuro aumento de capital (ii)	3.930	-

(i) Refere-se a recursos da controlada EDE para a controladora para formação de caixa.

(ii) Refere-se aos recursos provenientes da venda de ações em tesouraria e repassadas à controlada EDE.

A Companhia não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho; de curto prazo a empregados e administradores, pós-emprego e outros benefícios de longo prazo.

b) Demais transações com partes relacionadas

As controladas Pses e Spes utilizam imóveis alugados da empresa CNG Patrimonial Ltda. Em 31 de dezembro de 2012, há um saldo a incorrer de R\$12.041.

As controladas Iuni, Unic Tangará do Sul, Unic Primavera Nova, Unic Sinop, Unime LF e Unic VG utilizam imóveis alugados da Vertia Empreendimentos Imobiliários Ltda. Esses valores estão registrados no resultado, na rubrica “custo dos serviços prestados”. Em 31 de dezembro de 2012, há um saldo a incorrer de R\$115.364.

A controlada Unopar utiliza imóveis alugados da Creare Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda. Esses valores estão registrados no resultado, na rubrica “custo dos serviços prestados”.

A controlada Iuni possui contrato de cessão de uso com o Hospital Geral Universitário (“HGU”) de Cuiabá - MT, destinado à operação universitária, com valor fixo mensal de R\$322 e com valor variável por aluno de R\$2, referente à Bolsa Residente. Em 31 de dezembro de 2012, há um saldo a incorrer de R\$23.077 e não há saldo em aberto.

A EDE possui contrato de venda de material didático com a Fundação Pitágoras. O valor das vendas de R\$9.825, em 31 de dezembro de 2012 (R\$13.213 em 31 de dezembro de 2011). O saldo da rubrica “contas a receber” em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.487 (R\$8.865 em 31 de dezembro de 2011). O saldo a receber da Fundação Pitágoras em 31 de dezembro de 2011, de R\$1.098, foi quitado no período findo em 30 de junho de 2012 (vide nota explicativa nº 14).

Em maio de 2012, a Companhia, por meio de sua subsidiária Pses, adquiriu o imóvel do campus Timbiras, no valor de R\$14.496, e um terreno, no valor de R\$10.750, ambos na cidade de Belo Horizonte, com base em laudo de avaliadores independentes. As aquisições foram realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas, membros do Conselho de Administração e integrantes de participação na Companhia, direta ou por meio de sociedades

controladas.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, os vice-presidentes e os diretores estatutários.

Em Assembleia Geral Extraordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$15.000.

A remuneração dos administradores nos exercícios estão demonstradas a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Salários	4.412	3.341
Remuneração variável (i)	7.324	2.581
Plano de remuneração em ações - opção de compra de ações	<u>3.172</u>	<u>1.536</u>
	<u>14.908</u>	<u>7.458</u>

(i) Remuneração variável definida em contrato com diretores estatutários.

36. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO (IFRS e BR GAAP)

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas informações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 7.

b) Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa

- (i) Em junho de 2012, ocorreu a aquisição da Ítala. A movimentação do fluxo de caixa deve desconsiderar os saldos de abertura da aquisição e alocações do ágio (vide nota explicativa nº 34).
- (ii) Em junho de 2012, foi realizada a baixa de R\$709 da provisão tributária contra o patrimônio líquido da controlada Ceama. O mesmo saldo foi ajustado no investimento contra o ágio registrado na EDE, controladora da Ceama. A movimentação ocorreu dentro de um ano após a aquisição.
- (iii) Em junho de 2012, houve ajuste de ágio contra o saldo de tributo diferido passivo nas adquiridas de 2011, sendo R\$2.591 da controlada Ceama, R\$854 da controlada União e R\$135 da controlada Fais.
- (iv) Em agosto de 2012, ocorreu a aquisição da Unirondon. A movimentação do fluxo de caixa deve desconsiderar os saldos de abertura da aquisição, alocações do ágio e ajustes de preço (vide nota explicativa nº 34).
- (v) Como parte do pagamento pela aquisição da Unopar, em setembro de 2012 foram emitidas 13.877.460 ações ordinárias e 83.264.760 ações preferenciais ao valor de R\$16.127 contra a rubrica “instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de

negócios” no patrimônio líquido.

- (vi) Em dezembro de 2012, houve aumento de capital na EDE, com os saldos registrados na controladora referentes à Unopar, no valor de R\$286.536. Com a transferência, a EDE passou a deter o controle integral da Unopar.
- (vii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, houve a transferência de R\$4.986 do saldo de software educacional registrado na rubrica “estoque” para a rubrica “intangível”.
- (viii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, houve movimentação referente à compensação entre as garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis registradas no ativo não circulante e a respectiva provisão dos processos judiciais, no valor de R\$116.435.

37. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$99.058 (R\$214.244 em 31 de dezembro de 2011), em que estão cobertos danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desdobramento de ações

No dia 6 de março de 2013, a Companhia realizou o desdobramento de suas ações ordinárias na proporção de 2 ações para cada 1 ação, conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de março de 2013.

O capital social da Companhia passou de 134.351.938 ações ordinárias para 268.703.876 ações ordinárias.

39. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em reunião ocorrida em 19 de março de 2013.
